

EDILANEIDE JUSTINIANO DE LIMA

**COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre possíveis contribuições na Economia
e na Renda Familiar**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração
Curso de Administração

João Pessoa/PB
2017

EDILANEIDE JUSTINIANO DE LIMA

**COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre possíveis contribuições na Economia
e na Renda Familiar**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Coordenação do Serviço de Estágio Supervisionado em Administração, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às Exigências para a Obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. César Emanuel Barbosa de Lima

João Pessoa/PB
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732c Lima, Edilaneide Justiniano de.

Comércio informal: um estudo sobre possíveis contribuições na economia e na renda familiar / Edilaneide Justiniano de Lima. – João Pessoa, 2017.
77f.: il.

Orientador(a): Profº Dr. César Emanuel Barbosa de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – UFPB/CCSA.

1. Economia Informal. 2. Comércio Informal. 3. Contribuições do Comércio Informal. I. Título.

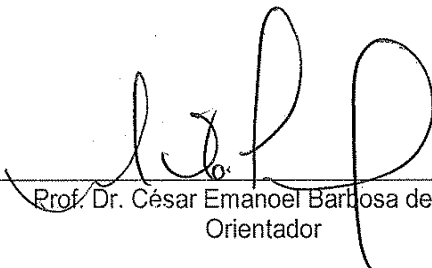
UFPB/CCSA/BS

CDU:658(043.2)


EDILANEIDE JUSTINIANO DE LIMA

**COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre possíveis contribuições na Economia
e na Renda Familiar**

Trabalho julgado e aprovado em 10 de novembro de 2017



Prof. Dr. César Emanuel Barbosa de Lima
Orientador



Prof. Me. Geraldo Magela de Andrade
Examinador

João Pessoa/PB
2017

Plenamente este construto a todos os trabalhadores informais, em especial, meus familiares, que, por opção ou necessidade, entregam-se a esse tipo de trabalho com voracidade e sem temor, em busca de construir e oferecer o melhor para si e sua família.

Dedico!

AGRADECIMENTOS

“Triste o mundo, que veste quem está vestido e despe quem está nu”.
(Pedro Calderón de la Barca)

Longos foram os caminhos percorridos e vários os obstáculos que surgiram para me fazer parar e desistir de seguir em busca do que Deus me preparou. Como circula na boca dos universitários: “difícil não é entrar, mas sim sair da universidade”. Entretanto, grandes foram os momentos de alegrias e descontração divididos com os colegas e alguns professores, que, como verdadeiros mestres, cumpriram seu papel e serviram como exemplo durante minha jornada acadêmica. Ainda, muitos foram os que, durante esse percurso acadêmico, contribuíram para que eu pudesse chegar ao final desta etapa e que são dignos de meus agradecimentos.

- Infinitamente a Deus, Senhor dos senhores e Soberano, Por me fazer escolhida dentre tantos e me tornar capaz perante eles;
- Orgulhosamente aos meus pais, Josefa Maria e Raimundo Francisco, Trabalhadores informais, batalhadores, honestos e perseverantes, heróis que me cuidaram e sempre me ensinaram a direção dos bons caminhos;
- Aos meus irmãos e irmãs, que sempre me apoiaram e me incentivaram, em especial a Dr^a Josilane Márcia, corretora desta monografia, exemplo de influência, na qual muito me espelhei durante minha jornada acadêmica e muito me orgulho;
- Ao meu amado noivo e futuro esposo, Jaderson Bezerra, que, fazendo mais do que seu papel, não mediu esforços para me ajudar, a fim de que eu pudesse me dedicar na construção e realização deste trabalho de conclusão de curso;
- Ao meu querido orientador e magnífico, Prof. Dr. César Emanuel Barbosa de Lima, que, com competência e muita dedicação, guiou-me durante todo o desenvolvimento desta monografia;
- Aos meus colegas de turma, em especial as minhas colegas irmãs, Lidiana, Gleyce, Suênia e Kelly, que passaram comigo os maiores sufocos vividos dentro da UFPB;
- Aos meus professores, que compartilharam do seu conhecimento com o propósito de me tornar uma grande e eficiente administradora;
- A mim, que apesar de toda dificuldade e desestímulo encontrados durante os nove semestres de duração do curso, superei-os e não desisti;
- Aos que, direta ou indiretamente, torceram por mim.

Muito obrigada!

“A riqueza é produto da capacidade do homem de pensar”
Ayn Rand

LIMA, Edilaneide Justiniano de. **COMÉRCIO INFORMAL: um estudo sobre possíveis contribuições na Economia e na Renda Familiar**. 79 p. Monografia (Bacharel em Administração de Empresas). João Pessoa/PB - *Campus I* da UFPB, 2017.

RESUMO

As contingências globalizantes do mercado têm despertado muita gente nos dias atuais, fazendo com que várias oportunidades sejam geradas no decorrer das mudanças sucedidas bem diante dos nossos olhos. Diante disso, a cada dia as pessoas, em busca de se realizar profissionalmente e passar a depender de um trabalho que seja digno, satisfatório e, principalmente, provedor, entram no ramo de empreendedorismo com o propósito de encontrar, no seu próprio negócio, uma perspectiva de vida. Isso posto, o objetivo desta monografia foi descrever a contribuição do comércio informal na economia e no orçamento familiar, utilizando como metodologia de pesquisa a abordagem qualitativa exploratória, com natureza de pesquisa básica e bibliográfica. Os principais resultados encontrados foram: a maioria dos entrevistados possui ensino médio incompleto ou completo; a maioria se posiciona numa faixa etária de 26 a 35 anos. Considerando o sexo masculino e feminino, a proporção foi de 50% de cada; a maior parte dos entrevistados se declara como pertencente à etnia branca. Com relação ao tempo de trabalho, das quatro faixas estudadas, duas se destacaram, ou seja, uma parte dos entrevistados trabalha há menos de cinco anos na informalidade, enquanto a outra trabalha há mais de cinco. Quanto à atividade negocial, os entrevistados, quase que por unanimidade, responderam vendas como sendo a atividade exercida no âmbito do trabalho. Os fatores que mais influenciam na escolha por trabalhar no comércio informal são: oportunidade, necessidade, ser dono do próprio negócio e escolha própria. Na opinião dos entrevistados, trabalhar no comércio informal é melhor e mais vantajoso do que trabalhar formalizado, uma vez que o trabalhador é dono do próprio negócio, fica com todo o lucro, não sofre pressão fiscal, por não possuir CNPJ, e faz o seu próprio horário. Para os entrevistados, quanto a sua dependência financeira, por pouco não se atingiu a sua totalidade, pois 92,9% deles dependem do comércio informal que exercem e, para a maioria da amostra, o que significa 71,4%, o comércio informal é sua única fonte de renda. Com relação aos ganhos do comércio informal, as prioridades foram: seguir as próprias regras, fazer seu próprio horário, não precisar de registro tributário e ficar com todo o lucro. Com base nos resultados, percebeu-se que as pessoas que trabalham na informalidade desconhecem ou pouco sabem do que é composto o comércio informal, e, assim sendo, ficam a mercê dos poucos conhecimentos que possuem em relação ao mesmo. Essa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de contribuir ao máximo, tanto para com os trabalhadores informais, quanto para a literatura, que pouco fala sobre o tema proposto em favor desses trabalhadores. Assim, esse trabalho discute como buscar de maneira justa o que pode contribuir para suas necessidades, visando melhorar suas vidas. Espera-se que essa pesquisa possa servir de base e fundamentos para que se construam novas constatações sobre o setor informal, pois a mesma mostrou resultados claros sobre os trabalhadores informais, partindo dos pressupostos que foram esclarecidos nesta monografia.

Palavras-chave: Economia Informal. Comércio Informal. Contribuições do Comércio Informal.

LIMA, Edilaneide Justiniano de. **INFORMAL TRADE: a study on possible contributions in the Economy and in the Family Income**. 79 p. Monography (Bachelor in Business Companies Administration). João Pessoa/PB - Campus I of UFPB, 2017.

ABSTRACT

The globalizing contingencies of the market have awakened many people in the present day, causing several opportunities to be generated in the course of the changes that happen right before our eyes. With this in mind, every day people, in search of a professional job and dedicate themselves to a job that is dignified, satisfying and, above all, provider, enter into the entrepreneurship business with the purpose of finding, in their own business, a perspective of life. Thus, the objective of this monograph was to describe the contribution of informal commerce in the economy and the family budget, using a qualitative exploratory approach, with a basic research and bibliographic nature. The main results were: most interviewees have incomplete or complete secondary education; most are in the 26-35 age group. Considering the male and female sex, the proportion was 50% of each; the majority of respondents declared themselves to be white. With respect to working time, two of the four study areas stood out, that is, some of the interviewees worked less than five years in informality, while the other worked for more than five years. Regarding the business activity, the respondents, almost unanimously, answered sales as being the activity carried out in the field of work. The factors that most influence the choice of working in informal commerce are: opportunity, need, owning one's own business and choosing one's own. In the opinion of the interviewees, working in informal commerce is better and more advantageous than working formalized, since the worker owns the business, gets all the profit, does not suffer fiscal pressure, does not have CNPJ, and does his time. For the interviewees, their dependence on the financial sector narrowly missed all of them, as 92.9% of them depend on the informal trade they carry out, and for the majority of the sample, which means 71.4%, informal commerce is your only source of income. With regard to informal trade gains, the priorities were to follow their own rules, make their own hours, do not need a tax register, and stay profitable. Based on the results, it was noticed that the people who work in the informal sector do not know or little know what the informal trade is composed of, and, therefore, they are at the mercy of the few knowledge they have in relation to it. This research was developed with the aim of contributing as much to the informal workers as to the literature, which makes little talk about the theme proposed in favor of these workers. Thus, this work discusses how to seek in a fair way what can contribute to their needs, aiming to improve their lives. It is hoped that this research can serve as a basis and foundation for constructing new findings on the informal sector, since it has shown clear results on informal workers, based on the assumptions that were clarified in this monograph.

Key Words: Informal Economy. Informal Trade. Informal Trade Contributions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mercado informal no Brasil em % do PIB.....	28
Figura 2 – Taxa de desemprego em %.....	29
Figura 3 – Melhorias do comércio informal.....	55
Figura 4 – Vantagens do comércio informal.....	57
Figura 5 – Orgulham-se do comércio informal?.....	59
Figura 6 – Sustento da família.....	63
Figura 7 – Complemento de renda.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária.....	46
Gráfico 2 – Nível de escolaridade.....	47
Gráfico 3 – Sexo.....	48
Gráfico 4 – Etnia.....	49
Gráfico 5 – Tempo de trabalho.....	50
Gráfico 6 – Localização.....	51
Gráfico 7 – Atividade comercial.....	52
Gráfico 8 – Fatores que influenciam a escolha.....	53
Gráfico 9 – Comércio informal é melhor que formal?.....	54
Gráfico 10 – Comércio informal é mais vantajoso que formal?.....	56
Gráfico 11 – Sente-se orgulhoso?.....	58
Gráfico 12 – Indicação do ramo de atividade.....	60
Gráfico 13 – Ambiente de trabalho.....	61
Gráfico 14 – Práticas do comércio informal.....	62
Gráfico 15 – Dependência do comércio informal.....	63
Gráfico 16 – Fonte de renda.....	64
Gráfico 17 – Ganhos do comércio informal.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desvantagens do comércio informal.....	57
Tabela 2 – Não se orgulham do comércio informal.....	59

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

ECINF – Economia Informal Urbana

ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE – Instituto Brasileiro de Economia

IES – Índice de Economia Subterrânea

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEBRAE-MG – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Minas Gerais

SEBRAE-PE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Pernambuco

SEBRAE-SP – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em São Paulo

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Problematização	18
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 Justificativa	19
1.4 Conclusão do Capítulo.....	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 Gênese de comércio	21
2.2 Negociação e civilização.....	22
2.3 Tipologia de comércio	23
2.3.1 Negócio formal – Setor Público.....	23
2.3.2 Negócio formal – Setor Privado	24
2.3.3 Negócio formal – Setor Misto	24
2.3.4 Negócio Informal.....	25
2.3.4.1 Comércio Informal.....	26
2.3.4.2 Ambiente do Comércio Informal.....	29
2.3.4.3 Práticas do Comércio Informal	30
2.3.4.4 Necessidades do Comércio Informal	31
2.3.4.5 Limitações do Comércio Informal.....	32
2.3.4.6 Ganhos do Comércio Informal	32
2.4 Conclusão do Capítulo.....	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 Quanto aos Fins e Meios	35
3.2 Ambiente de investigação	38
3.2.1 Sujeitos de Pesquisa	39
3.3 Variáveis de investigação	39
3.4 Estratégias e Instrumentos de Coleta de Dados	40

3.5 Tratamento dos Dados	41
3.6 Conclusão da Capítulo.....	43
4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
4.1 Caracterização do ambiente da pesquisa	44
4.2 Apresentação dos dados e dos resultados	45
4.2.1 Faixa Etária.....	45
4.2.2 Nível de Escolaridade	46
4.2.3 Sexo.....	47
4.2.4 Etnia.....	48
4.2.5 Tempo de Trabalho.....	49
4.2.6 Localização	50
4.2.7 Atividade Negocial	51
4.2.8 Fatores que Influenciam a Escolha por Trabalhar no Comércio Informal	52
4.2.9 Comércio Informal é Melhor que Formal?.....	54
4.2.10 Comércio Informal é mais Vantajoso que Formal?	55
4.2.11 Se Sente Orgulhoso?.....	58
4.2.12 Indicação do Ramo de Atividade	59
4.2.13 Ambiente de Trabalho.....	60
4.2.14 Práticas do Comércio Informal.....	61
4.2.15 Dependência do Comércio Informal.....	62
4.2.16 Fonte de Renda?	64
4.2.17 Ganhos do Comércio Informal	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
5.2 Sugestões e recomendações.....	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE	78

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os órgãos de estatística pública, como o IBGE, por exemplo, o mercado de trabalho informal está crescendo no Brasil. Em meio às dificuldades e às crises, existe sempre uma “oportunidade” de se obter sucesso naquilo que se almeja. Esse ramo de trabalho é bastante relevante e sua composição tem ganhado cada vez mais espaço no mercado de trabalho, devido à falta de emprego formal, assim como de pessoas qualificadas. Esses dois fatores influenciam, em parte, na escolha por trabalhos não formais.

A pretensão do estudo repousa no fato de que parte da minha família trabalha no ramo de mercado informal, e devido às conquistas e às realizações obtidas, através de seus esforços e persistência, oferecem para sua geração uma vida digna, segura e confortável. Também, com intuito de mostrar a possível satisfação com relação a seu trabalho informal, o qual tem contribuído, de maneira integral, na vida de trabalhadores, proporcionando-lhes um estilo de vida satisfatório.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), os anos 1990 foram marcados por mudanças consideráveis no mercado de trabalho brasileiro e na economia, gerando um crescimento significativo quanto ao comércio informal. Também, junto com as mudanças, várias consequências relacionadas ao trabalho surgiram, entre elas: redução de trabalhadores assalariados com carteira assinada e aumento de pessoas sem carteira, trabalhando por conta própria.

O surgimento de novas expressões desse fenômeno foi responsável por alargar ainda mais o nicho das atividades informais, possibilitando que o trabalho de estágio e o comércio ambulante fossem incorporados à gama heterogênea das atividades informais (KREIN; PRONI, 2010).

Diante desse contexto, trabalhadores buscam, através do comércio informal, um meio de garantir sua subsistência, assim como formas de melhorias na sua renda, ou que almejam serem donos de seu próprio negócio, ou mesmo alguma atividade para desempenhar. Segundo Castells (1999), surge uma nova forma de organização social e econômica, apontando para uma administração descentralizadora, individualização do trabalho e mercados cada vez mais personalizados, fragmentando as sociedades e o trabalho.

Pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias (IBGE, 2005).

Assim, a finalidade deste estudo é mostrar e discutir o trabalho no ramo informal, relatando as contribuições que esse gera na economia e na formação da renda familiar, levando em consideração que, mesmo na condição informal, o trabalhador não perde sua dignidade, pois a informalidade não está relacionada à irregularidade. Também por o mercado informal está em constante desenvolvimento e transformação, o que significa que o trabalhador passa a obter possibilidades de ter boas condições de trabalho. Até porque, apesar desse mercado está em expansão e em frequentes mudanças, esse ramo de atividades é escolhido pelas pessoas mais por necessidade do que por opção.

Assim, para que a discussão em torno da informalidade se concretize, será preciso analisar em sua totalidade a economia informal, levando em considerações suas definições, causas, efeitos, contextos, assim como o próprio processo de transição da informalidade à formalidade (DE SÁ PASCHOAL et al., 2013).

O empreendedor começa a exercer sua atividade devido à insatisfação no seu trabalho, quanto à remuneração recebida e/ou, muitas vezes, por falta de oportunidade no mercado de trabalho. Ele passa a trabalhar sem nenhum vínculo empregatício com uma organização e torna-se autônomo, ou seja, “alguém que age de acordo com as normas de sua própria conduta, seguindo as suas leis e imposições sem a interferência de outrem” (SIGNIFICADOS, 2017).

Porém, apesar da facilidade de empreender, poucos sabem negociar e levar seu comércio adiante, fazendo com que os resultados obtidos sejam insatisfatórios, em termos de custo de oportunidade. O proprietário do negócio, por menor que seja, não deixa de ser um empresário que está a dirigir sua empresa, mesmo sendo ela um estabelecimento informal. Tecnicamente, ele terá que saber e entender que o faturamento (o que entra no caixa) não é lucro. Ou seja, faz-se necessário ter a responsabilidade de comprar bem, vender bem, e liquidar o passivo com solvência, para ter em mãos o lucro.

Vele salientar, também, que a falta de conhecimento dos trâmites da formalidade faz com que o trabalhador informal (dono do seu negócio) se sujeite ao desamparo das leis trabalhistas, ficando, teoricamente, livre das obrigações para com essas leis, porém sem garantia nem cobertura de direito algum para si.

1.1 Problemática

No século XV, o comércio tomou um grande impulso com as chamadas expedições para o novo mundo, através das quais os povos colonizadores viajavam em busca de riquezas e especiarias para negociarem. As lojas começaram a ganhar os formatos parecidos com os atuais por volta de 200 anos atrás. Até essa época, os comércios se caracterizavam por serem pequenos empreendimentos (padarias, armazéns, lojas), tudo muito simples e rústico (COUTINHO, 2014). Já no século XX, a atividade comercial passou por uma grande transformação, passando a existir a profissionalização e o desenvolvimento. O comércio passou por uma grande expansão, tanto que hoje temos os grandes magazines, os *shopping centers* e as vendas pela internet, formas de comércio que não eram imaginadas há 100 anos.

Desde a crise capitalista de 1970, várias foram as mudanças que surgiram em relação à maneira de como se guardava capital. Em busca de controlar esse acúmulo, logo surgiram formas para desregular a estrutura de comércio, que foi construída pelos trabalhadores desde muito tempo atrás (OLIVEIRA, 2009).

Para Scott (2003),

O setor informal abriga uma grande parcela dos empregos, tanto em países menos desenvolvidos como em países industrializados, representando 30% - 70% da mão de obra na América Latina, porém existe uma grande falta de interesses dos órgãos públicos em investirem nesse setor de atuação.

A partir do momento em que um indivíduo perde seu emprego, fica totalmente à mercê da sociedade capitalista, muitas vezes tratado como “exército de reserva” (PIMENTA; SARAIVA; CORREA, 2006). O trabalho informal é uma opção valiosa para os trabalhadores que já não fazem parte do mercado de trabalho formal, isso porque foram excluídos ou simplesmente porque não são qualificados para tal mercado, assim como para aqueles que buscam maiores salários e/ou querem ser donos do seu próprio negócio.

Pode-se mencionar, também, os aposentados que, por não admitirem ficar “parados” ou pela vida longa de trabalho que tiveram, não se acostumam e optam por trabalhar num comércio informal, porém próprio, como “passa tempo” ou por ser uma forma de garantir uma renda extra. Frente à pluralidade desse fenômeno, a discussão deixa de girar em volta da condenação ou aprovação da informalidade, passando, assim, a priorizar a contribuição da economia informal (KREIN; PRONI, 2010). Isso posto, torna-se imperativa a seguinte arguição-problema: o comércio informal, de fato, contribui para a economia e o orçamento familiar?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Descrever a contribuição do comércio informal na economia e no orçamento familiar.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais equipamentos comerciais informais que geram renda à economia e ao orçamento familiar.
- Rastrear os principais ganhos efetivos do comércio informal na economia e no orçamento familiar.
- Expor, em caráter teórico, as vantagens e as desvantagens do comércio informal.

1.3 Justificativa

A presente pesquisa se fez necessária, uma vez que o comércio informal, assim como as atividades nele desenvolvidas, não deixa de ser um trabalho digno como outro qualquer presente na formalidade. Sendo assim, é importante mostrar que o comércio informal contribui com o sustento da maioria das famílias que trabalham nesse ramo e também colabora com o desenvolvimento da sociedade, quando considerado que, a partir do momento que um indivíduo passa a trabalhar, mesmo que na informalidade, ele deixa de fazer parte dos números de pessoas desempregadas e/ou desocupadas.

Além disso, justifica-se pela escassez de pesquisas referentes ao tema proposto, com um estudo mais abrangente e específico sobre o assunto, principalmente mostrando que esse ramo de atividade possui suas diferenças, mas que oferece vantagem e benefícios considerados relevantes pelos trabalhadores informais, que são vistos muitas vezes como ilegais e excluídos pela sociedade. O intuito foi mostrar que grande parte das pessoas adentrou nesse ramo por opção e não somente pela necessidade, como muitos pensam.

Há, ainda, a importância pessoal existente: contribuir efetivamente com a sociedade em geral e principalmente com os trabalhadores informais, mostrando que, a partir dos seus anseios existentes e através dos seus esforços, esses informais, batalhadores, têm seus sonhos e desejos alcançados, realizados e conquistados com muita dignidade e perseverança.

1.4 Conclusão do Capítulo

Sabe-se que, para obter um bom resultado na elaboração de uma pesquisa, a construção e o embasamento preliminar são muito relevantes. Ou seja, o direcionador via problematização clara, justificativa plausível e exequibilidade nos objetivos propostos. Fontelles *et al.* (2009) afirma que a elaboração do projeto corresponde à etapa mais importante e de maior complexidade da pesquisa, pois do correto delineamento (desenho) depende o sucesso na obtenção das respostas esperadas pela questão da pesquisa. Assim, o delineamento de pesquisa é uma forma de apresentar aos leitores como a pesquisa foi realizada em âmbito geral (BOA; FRANÇA; AMORIM, 2012).

Para Calais (2010, p.82), “a justificativa da importância do delineamento é que um mau início pode redundar em uma pesquisa enviesada”, ou seja, iniciar a pesquisa de forma errada pode permitir que esta adote direções diferentes das quais o pesquisador espera.

Isso posto, encerra-se esta seção enfatizando-se a importância de evidenciar as primícias necessárias para elaboração e construção de todo e qualquer estudo acadêmico. Sendo o delineamento das seções seguintes dependentes totais do desenvolvimento do segmento anterior. Porquanto, que não se pode jamais chegar ao fim de algo sem que antes se inicie.

Capítulo II – Fundamentação Teórica

“Os homens tornam-se maus e culpados porque falam e agem sem antever os resultados de suas palavras e atos” **Franz Kafka**

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, será fornecida a fundamentação teórica que embasará todo o assunto desse estudo, que dará suporte e irá justificar a proposta desse estudo, além de definir, com mais precisão, os objetivos de sua pesquisa, evitando a repetição, na íntegra, de estudos anteriores, já bem estabelecidos pela comunidade científica (FONTELLES *et al*, 2009).

Segundo Vergara (2004,) a fundamentação teórica objetiva apresentar diversos estudos sobre o tema ou problema, já realizados por outros autores. Para tal, é feita uma revisão na literatura tanto no acervo de teorias quanto em trabalhos realizados que as tomam como referência. Logo, será apresentado neste capítulo todo o material bibliográfico que dará ênfase ao assunto escolhido, de modo a apresentá-lo teoricamente com base nos estudos existentes a fim de clarificar e tornar mais conhecido esse tema.

2.1 Gênese de comércio

Historicamente, tem-se o conhecimento que o processo de trocas de produtos foi o início do desenvolvimento da atividade comercial nas civilizações que se desenvolviam na antiguidade. E por ser muito antiga, sendo datada desde a antiguidade e praticada em diversos locais do mundo, por vários povos e civilizações, torna-se bastante difícil definir a partir de qual momento começou ou foi inventada a atividade comercial (COUTINHO, 2014).

Já para Nogueira (2015), “o comércio surgiu a partir dos processos de trocas na antiguidade, quando determinados grupos trocavam suas produções por outras”.

O fato é que o surgimento e o crescimento da atividade comercial estão diretamente relacionados ao surgimento e ao grau de prosperidade das próprias cidades, daí ser caracterizada como uma atividade tipicamente urbana, e logo um importante segmento da economia, basicamente no mundo todo (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2016). Informar nas referências.

O comércio permitiu e colaborou com o desenvolvimento da sociedade, ajudando no desenvolvimento de tecnologias, criação de ferrovias, estradas, portos, pontes e etc. Hoje em dia, o comércio tem diversas maneiras de vender os produtos: na própria loja, *delivery*, à distância, pela

internet etc. Nos dias atuais, os comerciantes procuram proporcionar aos clientes o maior conforto possível para que eles façam as suas compras. (COUTINHO, 2014).

Quanto ao trabalho informal, podeos dizer que,

A informalidade e as nuances de sua definição devem ser entendidas nos tempos de globalização, a partir da dinâmica da economia global. É nesse contexto que as relações de trabalho – dentro e fora da formalidade – mudam, e os desafios da globalização exigem da Organização Internacional do Trabalho uma resposta que garanta, acima de tudo, condições decentes de trabalho. (DE SÁ PASCHOAL et al., 2013).

2.2 Negociação e civilização

De acordo com Coutinho (2014), antigamente, nas primeiras civilizações e comunidades, a maioria das pessoas vivia e sobrevivia da agricultura, da pesca e da pecuária, e cultivava ou gerava apenas um produto específico. Sendo assim, o comércio era considerado local, pois era realizado apenas entre as pessoas de uma mesma civilização.

O autor complementa que o desenvolvimento da agricultura permitiu a criação de ferramentas e novas técnicas que aumentaram a produtividade do cultivo de espécies vegetais, aumentando, assim, a disponibilidade, permitindo a criação de estoques maiores de produtos (COUTINHO, 2014).

Mas os produtos, por serem perecíveis, estragavam e, além disso, a casa precisava de outros itens diferentes dos que eram produzidos por eles (NOGUEIRA, 2015). Diante disso, revela-se uma necessidade da troca, e logo surge o sistema de trocas, o qual se tornou essencial para que todas as pessoas conseguissem atender às suas necessidades básicas e terem disponíveis os produtos que desejavam. O desenvolvimento do sistema de trocas foi fundamental para que as pessoas tivessem a oportunidade de obterem outro tipo de produto que elas não cultivavam (COUTINHO, 2014).

Esse sistema permitiu “que as pessoas não sofressem com o desperdício das suas mercadorias e ainda obtivessem outras, cultivadas ou criadas por famílias diferentes”. Durante a troca, não existia uma quantidade pré-determinada de produtos, e a barganha era essencial, pois como as trocas eram diretas e sem preços específicos, barganhar era a forma de se conseguir um bom negócio (NOGUEIRA, 2015). Ainda de acordo com o mesmo autor, conforme passava o tempo, os comércios começaram a se tornar cada vez mais complexos, pois um grande número de pessoas foi sendo acrescentado e que logo se estendeu para além das comunidades.

O comércio se desenvolveu de forma tal que hoje em dia, graças ao desenvolvimento tecnológico, podemos adquirir os produtos que desejamos sem precisar sair de casa, é o chamado comércio eletrônico (COUTINHO, 2014).

2.3 Tipologia de comércio

O comércio é a atividade que movimenta diferentes produtos, com uma finalidade lucrativa. É toda ação que tem como objetivo principal a compra e revenda de mercadorias. Comércio é, portanto, “o conjunto de atividades necessárias para tornar um produto disponível aos consumidores, em determinado lugar, no tempo solicitado e em quantidades e preços especificados” (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2016).

Comércio é a compra e venda de valores, mercadorias; negócio: comércio de (por) atacado, comércio de (a) varejo; Conjunto de comerciantes: comércio carioca; Estabelecimento comercial; Intercâmbio, relações. O comércio é uma atividade que está relacionada à distribuição de produtos no mercado interno e externo. Ou seja, existem diversos tipos de comércio que movimentam a economia e empregam muitas pessoas no Brasil e no mundo. “O comércio pode estar relacionado com a economia formal que é firma registrada dentro da lei ou à economia informal, que são firmas sem registros que não pagam impostos” (GRUPO ESCOLAR, 2017).

A atividade comercial se subdivide, ainda, em duas partes distintas: o comércio atacadista e o comércio varejista. O primeiro funciona basicamente como centro de distribuição de mercadorias para o próprio comércio varejista, ou seja, vende um mesmo produto em grandes quantidades. Nesse caso, o comerciante reduz o preço das mercadorias como forma de premiar o comprador, em razão do tamanho da venda. Já o segundo tem como finalidade específica fornecer ao público consumidor em geral os produtos necessários, sendo, nesse tipo de comércio, vendidos os produtos em pequenas quantidades e, portanto, sem a diminuição do preço (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2016).

2.3.1 Negócio formal – Setor Público

O setor público é a esfera da economia na qual o Estado é o principal protagonista e que se opõe ao setor privado. O Estado tem um papel na economia de um país, pois tem a capacidade legislativa de intervir em todos os setores, especialmente aqueles que são estratégicos, através da promulgação de leis e regulamentações normativas (QUE CONCEITO, 2015).

Conhecido como primeiro setor, consiste nas instituições estatais comandadas pelo governo municipal, estadual e federal, que administram os bens e serviços públicos e representam, portanto, as ações do Estado (BHBIT, 2016). Esse setor é representado pelo governo, que é responsável pelas questões sociais (KANITZ, 2017).

Já para Tenório (1998), o setor público é o conjunto das organizações e propriedades urbanas e rurais pertencentes ao Estado. Esse, por vezes referido como setor estatal, é uma parte do Estado

que lida com a produção, entrega e distribuição de bens e serviços por e para o governo ou para os seus cidadãos. Exemplos de atividade do setor público são proporcionar a segurança social, administrar o planeamento urbano e organizar a defesa nacional (WIKIPEDIA, 2017), como também o transporte, a mineração, as infraestruturas, o abastecimento de energia etc. (QUE CONCEITO, 2015).

2.3.2 Negócio formal – Setor Privado

O setor privado é o conjunto da atividade econômica que não está controlada pelo estado. Nesse, a empresa é o elemento fundamental. Ela é o motor desse setor, levando-se em conta que não importa o seu volume nem a forma jurídica que possui.

Também chamado de segundo setor, esse, por sua vez, corresponde às empresas e ao capital privado, cujos recursos são empregados em benefício próprio, visando alcançar fins lucrativos (BHBIT, 2016). O segundo setor é representado pelas empresas responsáveis pelas questões individuais (KANITZ, 2017).

Uma empresa pode ser formada por um indivíduo de maneira autônoma ou por milhares de trabalhadores e juridicamente ter uma variedade de opções organizacionais, como sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade coletiva, união transitória de empresas (Argentina) etc. Em qualquer caso, o principal objetivo do setor privado é o benefício econômico através dos produtos ou serviços que tenta comercializar dentro de um mercado que compete com outras empresas (QUE CONCEITO, 2015).

2.3.3 Negócio formal – Setor Misto

Conhecido também como terceiro setor, termo sociológico utilizado para definir organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público, segundo BHBIT (2016), este também é constituído por organizações não governamentais e consiste em um amplo e diversificado conjunto de instituições como fundações, associações comunitárias, entidades filantrópicas e outras, que atuam em prol do bem comum e da cidadania (KANITZ, 2017).

Do ponto de vista jurídico, as entidades sem fins lucrativos serão sempre constituídas sob a forma de Associação ou Fundação (BHBIT, 2016). Associações - Grupo de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Não havendo, portanto, distribuição de lucros entre seus participantes. São constituídas através de um Estatuto Social e normalmente atuam nas áreas de assistência social, ambiental, saúde, educação etc. E Fundações - Entidades de direito privado, constituídas através de

bens ou direitos, com personalidade jurídica e voltada para fins filantrópicos. São instituições que financiam diversas atividades do terceiro setor (BHBIT, 2016).

Ainda para (Kanitz, 2017), são as instituições que financiam o terceiro setor, fazendo doações às entidades beneficentes. De acordo com Salamon e Anheier (1997), cinco características estruturais diferenciam as organizações do terceiro setor das demais instituições: Formalmente constituídas; Estrutura básica não governamental; Gestão própria; Sem fins lucrativos; Uso significativo de mão de obra voluntária. Essas características foram definidas a partir de pesquisa realizada em 22 países, e, de alguma forma, devem estar presentes em todas as organizações do terceiro setor, de acordo com Heckert, (2008), pois são importantes, uma vez que retratam e exemplificam como é e como deve ser uma organização de terceiro setor.

2.3.4 Negócio Informal

O termo negócio provém do latim *negotium*, que é um vocábulo formado por *nec* e *otium* (aquilo que não é lazer). Trata-se da ocupação, da atividade ou do trabalho que se realiza com fins lucrativos. Por exemplo: “O meu pai dedica-se ao negócio da construção civil”. Aquilo que é matéria de uma ocupação lucrativa, a ação e o efeito de negociar, as transações comerciais e os lucros que se obtêm daquilo que se comercializa são outras acepções que este conceito admite. Negócio também é o local em que se negocia ou se comercializa (CONCEITO DE, 2013).

A caracterização do setor informal não é tarefa trivial, conforme se discute em Ramos (2007). De fato, existem distintas conceituações para o que vem a ser o setor informal. Pela legislação brasileira, trabalhadores registrados são aqueles que possuem a carteira de trabalho assinada, o que garante benefícios, como repouso semanal remunerado, contribuição para a seguridade social, direito a requerer seguro-desemprego e a ter uma compensação financeira no caso de demissão sem justa causa, licença gestante e paternidade. Por essa ótica, estariam na informalidade aqueles trabalhadores que não possuem registro, ou seja, aqueles que deveriam possuir carteira de trabalho assinada, mas não a têm (MENEGUIN; BUGARIN, 2008).

Segundo Meneguín; Bugarin (2008), a Organização Internacional do Trabalho, ao setor informal são ainda agregadas as pessoas sem remuneração e os autônomos (em que não há uma separação nítida entre a propriedade do empreendimento e a execução de suas atividades). Outra possível definição é considerar informal aquele cidadão não segurado pela Previdência Social. Neri (2001), afirma que, dos 64 milhões de trabalhadores do setor privado em 1999, 62% não contribuem para a Previdência Social. Isso se configura num problema tanto social quanto fiscal.

De acordo com Machado; Castilho, 2011, são os custos elevados com a abertura e a manutenção de uma empresa o principal motivo alegado por empreendedores para manter suas atividades na informalidade. De acordo com o Sebrae-SP, há mais de 19 milhões de negócios informais no Brasil. Mas, ficar à margem da formalidade também tem seu preço: falta de acesso ao crédito, à cobertura da Previdência e a outros benefícios.

Formalizar um negócio como empreendedor individual permite trocar essa situação precária por algumas vantagens, com custo bem inferior ao de uma empresa convencional e menos burocracia. Para isso, o empresário tem que cumprir três condições: faturar até R\$ 36 mil por ano; não ser sócio e nem titular de outra empresa; e ter até um funcionário, que receba salário mínimo ou o piso da categoria (MACHADO; CASTILHO, 2011).

Para que possa funcionar dentro das normas da lei, é importante que o comerciante cadastre sua empresa nos órgãos da prefeitura de sua cidade, onde receberá um número de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Com esse registro, sua atividade comercial fica regularizada, devendo cumprir com o pagamento de impostos ao governo (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2016).

Mas, apesar da seguridade que a formalidade oferece, uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) mostra que seis em cada dez; ou seja, 57,7% dos empreendedores com idade entre 18 e 34 anos não aceitariam trocar a atividade que desempenham em suas empresas por um emprego formal que pagasse um salário compatível com o mercado, somado aos demais benefícios previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho (G1, 2016).

Por se tratar de um universo essencialmente jovem, a maior parte dos negócios ainda está nos primeiros anos de vida: 21% atuam no mercado entre seis meses e um ano, enquanto 42,4% estão na ativa por um período que varia entre um e três anos.

2.3.4.1 Comércio Informal

O trabalho decente é definido como aquele que seja produtivo e de qualidade, garantindo ao trabalhador condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade (OIT, 2006). Desta forma, o trabalho decente, que promova a dignidade humana dos trabalhadores, deve ser assegurado, a despeito da existência da economia informal.

Definir tal fenômeno significa encontrar, em uma imensa pluralidade de manifestações laborais, o seguinte fator comum: a falta de reconhecimento ou proteção frente aos enquadramentos trabalhistas legais e regulatórios (OIT, 2002). Em outras palavras, o trabalhador informal é reconhecido por não

contar com uma legislação trabalhista que garanta o cumprimento de seus direitos mais fundamentais (DE SÁ PASCHOAL et al., 2013).

Para se chegar a esta definição, contudo, é necessário compreender o processo histórico do conceito, partindo do chamado “setor informal”. A expressão “setor informal” foi adotada e popularizada na década de 70, pela OIT, em estudos sobre a situação econômica do Quênia (OIT, 1972). Na época, definir o setor informal significou confrontá-lo com a formalidade, a partir de sete fatores:

- (1) pequena escala produtiva; (2) propriedade familiar; (3) dependência de recursos locais; (4) atividade intensiva do trabalho com tecnologia adaptada às condições locais; (5) habilidades adquiridas fora do sistema escolar formal; (6) facilidade de ingresso à atividade e (7) operação em mercados não regulados e competitivos (SWAMINATHAN, 1991, p. 9, tradução nossa).

Esses itens indicavam como as atividades informais eram realizadas, ou seja, como a produção era organizada dentro do setor informal (BARBOSA, 2009). Essa definição baseava-se nas previsões otimistas da OIT, que acreditava que intervenções estatais nessas atividades – como treinamento de trabalhadores e facilidade de acesso a crédito – conteriam a expansão do “setor informal” (SWAMINATHAN, 1991).

Entretanto, ao tornar-se uma manifestação cada vez mais heterogênea e complexa, a informalidade contrariou essas previsões otimistas da OIT, e careceu, assim, de recomendações mais complexas aliadas a uma expansão conceitual. Afinal, o termo “setor”, conforme os setes itens acima, não especificava quais atividades deveriam ou não ser englobadas ao conceito (KREIN; PRONI, 2010). Na 90ª Conferência Internacional do Trabalho em 2002, a OIT finalmente reconheceu os entraves da expressão “setor”, passando a recomendar o uso do termo “economia informal” (OIT, 2002).

A economia informal responde quase pela totalidade das pequenas empresas brasileiras, segundo dados divulgados em 19/05/2005, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na Ecinf 2003 (Economia Informal Urbana). O estudo feito em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) traça um retrato da informalidade no país. De fato, a denominação “setor” indicaria apenas atividades econômicas ou grupos industriais muito específicos, caracterizados pelos sete itens apontados pela OIT em 1972. Conceituar o “setor informal” como um domínio específico colocava a informalidade à parte, como se separada dos setores primário, secundário e terciário da economia (DE SÁ PASCHOAL et al., 2013).

Em contraposição, o conceito de “economia informal” englobava o diverso e crescente grupo de trabalhadores informais atuantes em diferentes áreas econômicas, urbanas ou rurais; e no primeiro, segundo ou terceiro setor e da economia (OIT, 2002). Essa nova definição excluiu o dualismo típico,

setor formal/setor informal, para constituir uma nova dicotomia: a dos protegidos ou não pela lei trabalhista (BARBOSA, 2009).

Entretanto, de acordo com o portal de economia G1, e como mostra o gráfico abaixo, a economia informal cresceu pela primeira vez em mais de uma década, segundo mostrou o Índice de Economia Subterrânea (IES), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo IBRE/FGV (PORTAL G1, 2016).

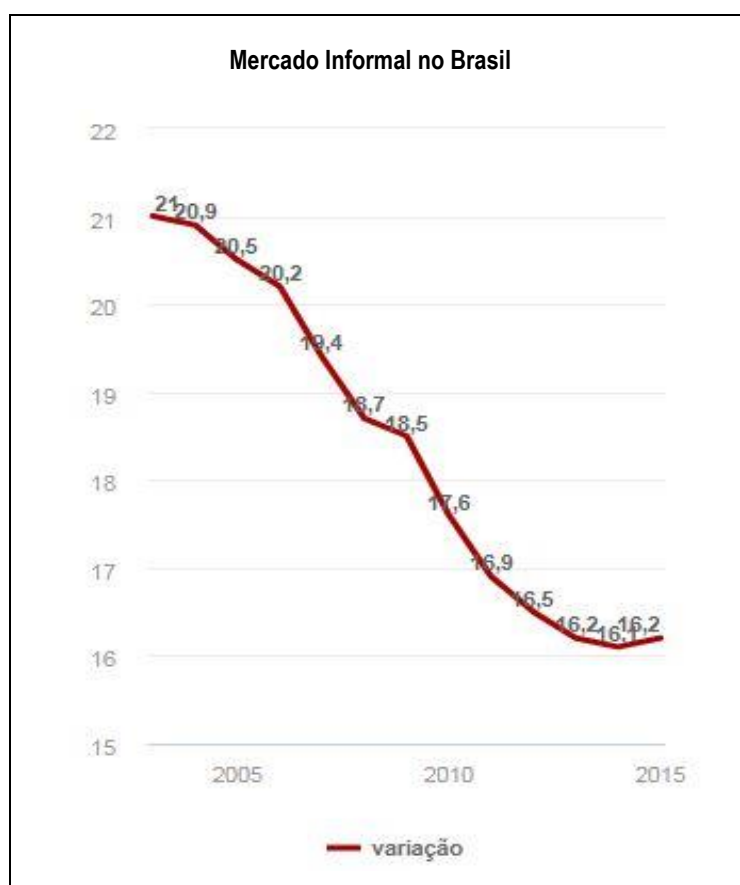


FIGURA 1: Mercado informal no Brasil em % do PIB.

Fonte: Ectco e IBRE (2016)

Com a crise, a economia subterrânea movimentou 16,2%, o que corresponde a R\$ 957 bilhões do PIB em 2015, e que representou um aumento de 0,1 ponto percentual relacionado ao ano anterior, desde início da série, em 2003 (PORTAL G1, 2016). Segundo o pesquisador da FGV/IBRE, Fernando de Holanda Barbosa Filho, “a economia está desacelerando, assim como o crédito, o que impacta diretamente no trabalho formal, que naturalmente cai, cedendo espaço à informalidade”.

De acordo com o Jornal O Globo (2017), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a

taxa de desemprego ficou em 13,3%, no trimestre encerrado em maio de 2017; atingindo 13,8 milhões de pessoas. A taxa é a maior já registrada pela série histórica do indicador, desde o início da pesquisa realizada em 2012. No ano, em 2016, 11,2% da força de trabalho, o que equivale a 11,4 milhões de brasileiros, estavam desempregados segundo dados da pesquisa.

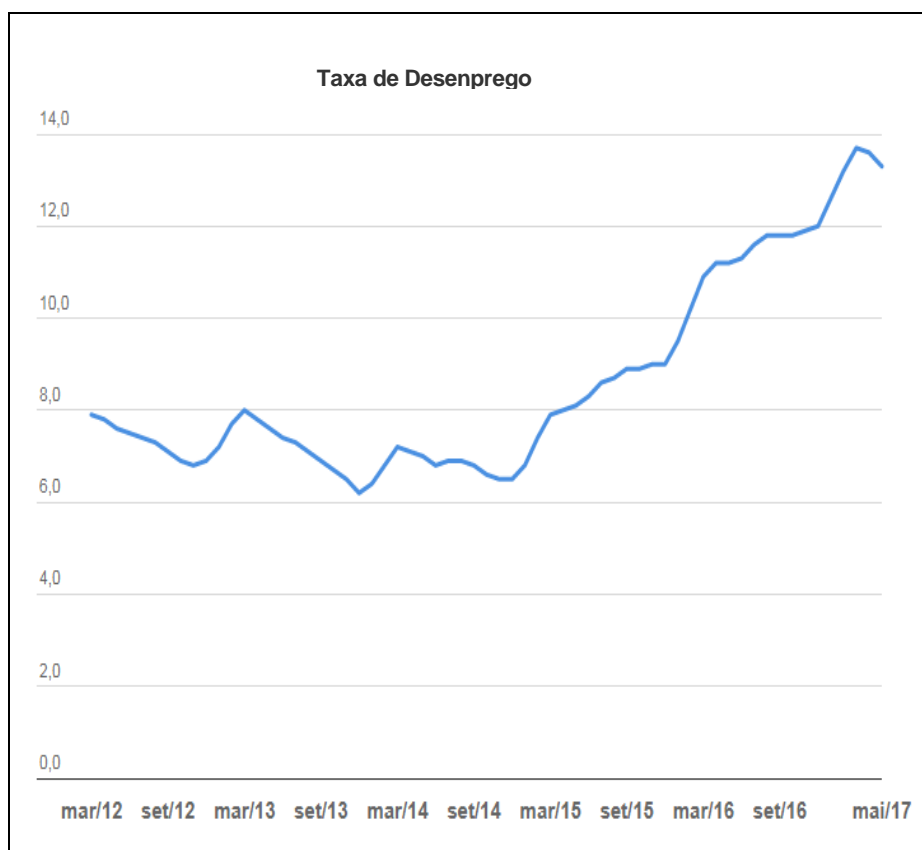


FIGURA 2: Taxa de desemprego em %
Fonte: IBGE (2017)

Apesar da estabilidade frente ao trimestre anterior, a população desocupada cresceu 20,4% em relação a igual período de 2016, ou mais 2,3 milhões de pessoas. A população ocupada, estimada em 89,7 milhões, ficou estável em relação ao trimestre anterior, mas caiu 1,3% ou menos 1,2 milhão de pessoas em relação ao mesmo trimestre de 2016 (O GLOBO, 2017).

2.3.4.2 Ambiente do Comércio Informal

O mercado é o lugar público onde negociantes expõem e vendem seus produtos. Surgiu como um espaço físico na antiguidade antes da invenção do dinheiro. Sendo assim, independentemente da existência do dinheiro, é a oferta e a procura por mercadorias ou serviços que permite a existência do comércio. Logo, o comércio é dito formal quando sua atividade comercial se realiza através de empresa

juridicamente constituída para tal fim, com registro, razão social e endereço definidos, caso contrário diz-se comércio informal, para o qual podemos dar, como exemplo, aquele que é realizado através de camelôs (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2016).

Porém, a concepção do “camelô” é a mais comum quanto à economia informal. No entanto, sua abrangência é muito maior e caracteriza-se por ser um conjunto de atividades econômicas realizadas sem que haja registros oficiais (FRANCISCO, 2017).

De tal maneira, pode-se dizer que o ambiente do comércio informal se dá através das feiras e mercados livres, também denominados públicos, das ruas e praças, nos quais os ambulantes, também conhecidos como camelôs, expõem suas mercadorias, e das muitas lojas que ficam às margens desses pontos comerciais ou até distantes deles, mas que apesar de possuírem uma estrutura mais adequada, para ser um comércio formal, acabam funcionando também na informalidade.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE e do SEBRAE, somente 8,8% da economia informal é praticada nas ruas, sendo a maior parte dessas atividades desenvolvidas em residências (27,3%) e na casa do cliente (27,5%).

2.3.4.3 Práticas do Comércio Informal

Perry et al. (2007, p.2) afirmam que uma das razões da informalidade é o fato de que cada agente procura o melhor para si, mesmo que isso signifique o descumprimento das normas trabalhistas. Segundo o texto,

muitos trabalhadores, empresas e famílias escolhem o seu melhor nível de envolvimento com as normas e instituições públicas, dependendo de sua avaliação dos benefícios líquidos associados à informalidade e do esforço e capacidade do Estado para fazer cumprir as leis. Ou seja, eles fazem análises implícitas do custo-benefício de ultrapassar a importante margem para a formalidade e frequentemente desejam não fazê-lo. (PERRY et al, 2007).

Na mesma direção, Ramos (2007, p.32), ao discutir os atrativos da informalidade, afirma que "o ônus associado aos encargos sociais do trabalho tende a produzir um incentivo à sua sonegação como forma de redução de custos e aumento, ou manutenção, de margens de lucros, particularmente em tempos de retração da atividade econômica".

Porém, vale salientar que, como foi dito na primeira seção deste estudo, nem todos os comerciantes que trabalham na informalidade adentraram nesse ramo em busca de se beneficiar com práticas ilegais. Muitos se viram na oportunidade de conseguir manter suas famílias com um trabalho que, para eles, é digno e que, no momento em que mais precisavam, esses lhes seriam propícios. Há

também os aposentados, que escolhem a informalidade pelo fato de não aceitarem ficar desocupados após cessarem suas carreiras profissionais. E porque não mencionar as pessoas que querem ter seu próprio negócio e que, como “ponta pé” inicial, começam nessa atividade como um simples vendedor de qualquer que seja o produto ou serviço, até, de fato, descobrirem com o que querem empreender.

2.3.4.4 Necessidades do Comércio Informal

O comércio popular costuma ser percebido de maneira negativa dentro do contexto urbano. Todavia, nem sempre essa ótica se mostra como sendo verdadeira, posto que o comércio popular pode suprir lacunas existentes, seja em relação à gama diversificada de produtos a serem oferecidos, seja em razão da oferta de mercadorias ocorrer a preços mais acessíveis a determinadas camadas da população. Desconsiderar esses aspectos é olhar de maneira absoluta e estigmatizante para um comércio que, a despeito de qualquer crítica, vem se mantendo e atendendo a demanda da população (MENDES; CAVEDON, 2013).

O comércio informal necessita de bases que sirvam de apoio e que tenham como objetivo formalizar o comerciante, mas sem limitar tanto o seu negócio. Leis flexíveis que assegurem o trabalhador de acordo com suas necessidades e interesses, mesmo ele trabalhando na informalidade. A analista do Sebrae-MG, Silmara Lourdes, defende que muitos preferem a informalidade por falta de informação, mas muitos também rejeitam porque se formalizar, apesar de ser opção, limita o ganho e isso acaba sendo um incentivo à informalidade. Os comerciantes se queixam de o faturamento ter de ser limitado, caso eles resolvam se formalizar, e acabam preferindo ficar trabalhando sem os benefícios oferecidos pela formalização (EVANS, 2015).

De fato, uma preocupação com o social, em discussões que evidenciam a necessidade de inclusão social, diminuição das desigualdades, ampliação do acesso a bens e serviços (públicos e privados), redução da pobreza, entre outros (COELHO, 2004; MULS, 2008; SENRA, 2010). Nem todos os trabalhadores recorrem à informalidade para complementar a renda familiar, mas a maioria absoluta sobrevive integralmente da prática informal.

2.3.4.5 Limitações do Comércio Informal

Conquistar a autonomia profissional e não depender de horários fixos e da rigidez patronal é uma das razões que explicam a migração de trabalhadores com carteira assinada para empreender em um negócio ainda não formalizado. A conclusão é de um estudo realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) que observa o comportamento e hábitos dos empreendedores dos setores do comércio e serviços que trabalham no mercado informal, além de identificar os motivos para a situação de informalidade.

Segundo o levantamento, quatro em cada dez empresários informais garantem que estão no mercado informal para não depender de patrões. Outras razões ainda citadas que justificam a migração estão mais atreladas às necessidades pessoais, como o desemprego após uma demissão (48%) e a busca por um retorno financeiro mais atrativo (41%).

Para o presidente da CNDL, Roque Pellizzaro Junior, uma das mais graves dificuldades do empreendedor informal é a limitação que o modelo clandestino impõe ao próprio negócio. “A informalidade impede que o empresário desenvolva seus negócios. Por isso ele perde em competitividade”, explica ele. (CNDL, 2013).

A pesquisa mostrou que sete em cada dez entrevistados precisaram de algum capital para a abertura do atual negócio, sendo que, desses, 76% utilizaram exclusivamente o dinheiro do próprio bolso. Como não portam CNPJ, esses empresários não conseguem comprovar vínculo formal, considerado uma garantia básica para a obtenção de linhas de crédito e financiamento em instituições bancárias, além disso a maioria acaba lidando com uma jornada de trabalho extensiva (SPC BRASIL, 2013).

2.3.4.6 Ganhos do Comércio Informal

Apesar da série de benefícios existentes com a formalidade, há um contraste entre os dois lados, pois muitos que se formalizaram pensam, agora, em voltar para a informalidade. Para os comerciantes, na medida em que aumenta o faturamento, vai mudando de faixas do sistema, para o qual há sempre um limite de faturamento (EVANS, 2015).

Ramos e Britto (2004, p. 8) argumentam que o crescimento da informalidade,

representa um foco de preocupação em relação à perda de arrecadação tributária. Uma corrente de estudiosos do mercado de trabalho advoga que esse fenômeno é propiciado pelos elevados

encargos trabalhistas impostos pela relação formal de trabalho, que faria com que o custo do fator trabalho dobrasse, segundo alguns cálculos, em relação ao salário efetivamente recebido pelo trabalhador (RAMOS E BRITTO, 2004).

Para o presidente da CNDL, Roque Pellizzaro Junior, “a única vantagem da economia informal para o trabalhador é que ele não paga impostos” (SPC BRASIL, 2013). Ficando, assim, com todo o retorno do seu investimento. Ainda de acordo com o portal Ponto RH (2017), mesmo trabalhando informalmente, mas com uma boa gestão dos recursos financeiros, um trabalhador informal pode maximizar seus ganhos, pegando o dinheiro que outrora era descontado de seu salário na forma de INSS e investindo em aplicações financeiras mais rentáveis.

Também dá ao trabalhador uma maior liberdade e flexibilidade com seus horários, já que ele não tem as obrigações trabalhistas de um empregado formal; além de fornecer uma margem maior de negociação de valores a serem pagos, já que desonera o contratante de custos trabalhistas e possibilita uma relação sem a influência de sindicatos e Convenções Coletivas de Trabalho (PONTO RH, 2017).

2.4 Conclusão do Capítulo

Grande é a complexidade que o tema em questão carrega sobre si. Maior, pode-se dizer, é a impossibilidade de um dia, como se em um “conto de fadas”, tudo se tornasse perfeito e a formalidade passasse a ser única e exclusivamente forma de comércio.

Tendo em mente que, a cada dia, quanto mais empreendedores se formalizam em busca de maior segurança mais cresce o número de desempregados que antes eram formalizados, mas agora têm seus vínculos empregatícios quebrados pelas empresas que, com o intuito de oferecer mão de obra mais barata, acabam demitindo seus funcionários. E porque não falar das que, com a crise existente no país, acabam fechando as portas, fazendo com que somente cresça a taxa de pessoas desempregadas.

A discussão, como afirmam Meneguín e Bugarin (2008), em torno da flexibilidade da legislação trabalhista poderia oferecer algumas soluções que amenizassem a gravidade do problema, mas o debate a respeito é intenso e não há consenso estabelecido. Nesse sentido, percebe-se que existe muito que se fazer a respeito de como modificar o mercado informal e contribuir de modo que esse seja visto com outros olhos.

Entretanto, essa seção de fundamentação teórica que se finda dará suporte ao achado de pesquisa que se construirá nos Capítulos IV e V. Isso posto, sintetiza-se o Capítulo II como um dos

mais importantes de uma pesquisa, por colher, cientificamente, trabalhos consolidados sobre o tema e embasar as discussões, dando efetividade e validade acadêmica.

Capítulo III - Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

“Para todas as coisas, há uma estação e existe um tempo para cada propósito sob os céus”
Eclesiastes 3-1

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo, tendo em vista que se fez necessário o uso de ferramentas que contribuíssem para a sua construção. Um método de pesquisa para Oliveira (1999) caracteriza-se como um conjunto de procedimentos que viabiliza o conhecimento de uma realidade.

Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático e é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa foi descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Já Lehfeld e Barros (1991) referem-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade.

3.1 Quanto aos Fins e Meios

Segundo Vergara (2005), os tipos de pesquisa se dividem em dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios da investigação. Quanto aos fins da pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, a qual Gil (1988, p. 80), considera que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objeto e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.14).

Já para Goldenberg (1997, p. 34),

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o

pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, seja pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p.14).

Porém, Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118) nos fazem a esse respeito três considerações importantes:

1) Não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa); 2) Os números (uma das formas explicativas da realidade) são uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são e cada abordagem pode ter seu espaço específico e adequado; 3) Entendendo que a questão central da cientificidade de cada uma delas é de outra ordem [...] a qualidade, tanto quantitativa quanto qualitativa depende da pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Quanto à natureza, o presente trabalho visou levantar indicadores que permitiram a compreensão sobre as variáveis abordadas neste estudo. Assim sendo, teve como foco a pesquisa básica, uma vez que objetivou gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais (GERHARDT, 2009).

Segundo Gil (2002), a pesquisa básica é a busca de conhecimentos e de respostas para os questionamentos, dentro de um embasamento teórico conciso e coerente, de modo que o conteúdo esteja dentro das normas científicas. Já de acordo com Fontelles et al (2009), neste tipo de pesquisa, o investigador acumula conhecimentos e informações que podem, eventualmente, levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes.

Já quanto aos objetivos, deu-se através da pesquisa exploratória, pois esta pesquisa teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Entretanto, para Vergara (2000, p.47), a pesquisa é exploratória, porque “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Ainda de acordo com a autora, trata-se também de uma pesquisa bibliográfica por ser “um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado”.

Quanto aos meios, de acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real. De acordo com este mesmo autor, a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos.

Nesse sentido, a fim de explorar mais esse tema tão corpulento que é o comércio informal, foi utilizado a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Fonseca (2002, p.32),

É feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Vergara (2005) descreve pesquisa bibliográfica como estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Também abordamos, como procedimentos, a pesquisa de levantamento que, segundo aponta Fonseca (2002), é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, e pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população (também designado censo).

O Censo populacional constituía única fonte de informação sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades. Os censos produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas estaduais e municipais e para a tomada de decisões de investimentos, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Foram recenseados todos os moradores em domicílios particulares (permanentes e improvisados) e coletivos, na data de referência. Através de pesquisas mensais do comércio, da indústria e da agricultura, é possível recolher informações sobre o seu desempenho. A coleta de dados realiza-se em ambos os casos através de questionários ou entrevistas (FONSECA, 2002, 32).

Entre as vantagens dos levantamentos, temos o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez, e obtenção de dados agrupados em tabelas que possibilitam uma riqueza na análise estatística. Ainda será abordado um pouco do estudo de caso, apesar dessa modalidade de pesquisa ser amplamente usada nas ciências biomédicas e sociais (GIL, 2007, p. 54).

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe (FONSECA, 2002, p. 33).

O autor complementa que o estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Por fim, a pesquisa participante também contribuiu com o estudo, levando em conta que este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas (FONSECA, 2002). Já Vergara (2005) explica que essa possui uma fronteira tênue entre o pesquisador e o pesquisado.

3.2 Ambiente de investigação

Segundo Appolinário (2004), o universo se caracteriza como sendo um grupo de pessoas, objetos ou eventos que possuem características comuns que os definem.

Gil (1999, p. 100) define amostra como sendo um “subconjunto do universo, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo”. Será utilizado uma amostra desse universo para se obter informações acerca do todo, a forma de seleção será amostragem por acessibilidade, a qual defende que, nesse tipo de amostragem, o pesquisador obtém as informações necessárias apenas de quem tem maior facilidade de acesso, presumindo que essa amostra representará efetivamente todo o universo.

Diante do contexto, foi nosso ambiente de investigação as feiras livres denominadas de: Mercado Central e Mercado Público de Tambaú, localizadas na grande João Pessoa/PB; tendo em vista que essa pesquisa se deu através da acessibilidade ao local e aproximação com a amostra escolhida.

3.2.1 Sujeitos de Pesquisa

O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

A amostra do presente estudo, ou seja, o Sujeito de Pesquisa, será constituída através dos diversos trabalhadores informais que atuam nas já citadas feiras/mercados livres de João Pessoa. Dentre eles, podemos destacar as seguintes ocupações: Comerciantes autônomos (donos do estabelecimento); e Funcionários (não registrados, que trabalham no estabelecimento).

Como foi utilizada a técnica não probabilística para selecionar a amostra, não se fez necessário a aplicação de fórmulas estatísticas, pois, segundo Lakatos e Marconi (2002), a técnica de amostragem não probabilísticas é a que não faz uso de formas aleatórias para seleção da amostragem, sendo assim não podem ser objetos de tratamento estatísticos.

3.3 Variáveis de investigação

Lakatos e Marconi (2005, p.139) afirmam “pode ser considerada como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração”. Para Gil (1995, p. 61), uma variável é “qualquer coisa que pode ser classificada em duas ou mais categorias”.

Já para Roque (2014, p.4), as variáveis qualitativas (ou categóricas) são as características que não possuem valores quantitativos, mas, ao contrário, são definidas por categorias, ou seja, representam uma classificação dos indivíduos. Podendo ser: nominais ou ordinais. Nas variáveis nominais, não existe ordenação dentre as categorias. Ex.: sexo, cor dos olhos, fumante/não fumante, doente/sadio. Já nas variáveis ordinais, existe uma ordenação entre as categorias. Ex.: escolaridade (1º, 2º, 3º graus), estágio da doença (inicial, intermediário, terminal), mês de observação (janeiro, fevereiro, ..., dezembro).

Diante do estudo proposto, a presente pesquisa evidenciou como variáveis de investigação: Comércio informal; Geração de emprego e renda; e Economia Local.

3.4 Estratégias e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados compreende o conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados. Na coleta de dados, o importante não é somente coletar informações que deem conta dos conceitos (através dos indicadores), mas também obter essas informações de forma que se possa aplicar posteriormente o tratamento necessário para testar as hipóteses. Portanto, é necessário antecipar, ou seja, preocupar-se, desde a concepção do instrumento, com o tipo de informação que ele permitirá fornecer e com o tipo de análise que deverá e poderá ser feito posteriormente (GERHARDT, 2009).

A coleta dos dados ocorreu por meio de instrumentos capazes de fornecer informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses; ou seja, um questionário ou um roteiro de entrevistas ou de observações. Sendo assim, o estudo deu-se a partir de: questionário misto, entrevista estruturada e pelo método história oral.

Ainda segundo Gerhardt (2009), questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Já Gil (2002) afirma que a elaboração de um questionário consiste principalmente em traduzir os objetivos específicos. As questões mistas (fechadas e abertas) são aquelas em que, dentro de uma lista predeterminada, há um item aberto, por exemplo, “outros” (GERHARDT, 2009).

Na entrevista, de acordo com Gil (1994, p.113), o investigador, para obter os dados que interessam à sua investigação, apresenta-se frente ao entrevistado e lhe elabora perguntas. Ele ainda completa que a entrevista é uma técnica por excelência da investigação social. Na entrevista estruturada, segue-se um roteiro previamente estabelecido, as perguntas são predeterminadas.

Já de acordo com Lakatos e Marconi (1990), entrevista estruturada é aquela que tem um roteiro de perguntas previamente estabelecidos. O entrevistador irá seguir esse roteiro com perguntas antecipadamente determinadas para que todas as pessoas entrevistadas sejam expostas as mesmas questões. Vergara (2005) define entrevista como um procedimento no qual o entrevistador faz perguntas a alguém que, oralmente, lhe responde.

O método história oral permitiu conhecer o histórico de vida dos entrevistados, suas trajetórias, e verificou se esse contexto histórico se relaciona com a escolha do tipo de atividade, pois para Alberti (1990), a história oral é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas

que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

3.5 Tratamento dos Dados

Para Yin (2006), a análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou recombina as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais do estudo. Vergara (2005) complementa que nesta fase devem-se tratar os dados coletados, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos da pesquisa. Os dados podem ser tratados de forma quantitativa e qualitativa. No tratamento quantitativo, utilizam-se procedimentos estatísticos. Já no qualitativo, apresentando-os de forma mais estruturada, como é o caso desta pesquisa.

Os dados deste estudo foram analisados de forma qualitativa, através da interpretação empírica das entrevistas combinadas às informações oriundas da literatura existente, sobre o comércio informal. Para descrição dos procedimentos adotados para a análise dos dados quantitativos (análise estatística) e qualitativos (análise de conteúdo, análise de discurso).

Para analisar, compreender e interpretar um material qualitativo faz-se necessário superar a tendência ingênua a acreditar que a interpretação dos dados será mostrada espontaneamente ao pesquisador; é preciso penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade. Dessa forma, serão apresentadas duas possibilidades teóricas e práticas de análise do material qualitativo, a saber: análise de conteúdo e análise de discurso (GERHARDT, 2009).

A análise do conteúdo, em suas primeiras utilizações, assemelha-se muito ao processo de categorização e tabulação de respostas a questões abertas. Criada inicialmente como uma técnica de pesquisa com vistas a uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de comunicações em jornais, revistas, filmes, emissoras de rádio e televisão, hoje é cada vez mais empregada para análise de material qualitativo obtido através de entrevistas de pesquisa (MACHADO, 1991, p. 53).

Minayo (2003, p.74) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. “(...) o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto (seja ele explícito e/ou latente). A análise e a interpretação dos conteúdos obtidos enquadram-se na condição dos passos (ou processos) a serem seguidos.

A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005, p.15). Já Bardin (1979, p.42) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das

mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise do discurso objetiva realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de textos produzidos em diferentes campos, como, por exemplo, o religioso, o filosófico, o jurídico e o sociopolítico. Os pressupostos básicos desta análise podem ser resumidos em dois: (1) o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo; ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio histórico no qual as relações são produzidas; (2) toda formação discursiva dissimula, pela pretensão de transparência e dependência, formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988).

Segundo Minayo (2007), a análise do discurso situa-se ao mesmo tempo em uma apropriação da linguística tradicional e da análise de conteúdo, bem como na crítica dessas abordagens, evidenciando que elas são práticas-teóricas historicamente definidas.

A partir do conjunto de dados coletados, considerando as múltiplas fontes de evidência, o pesquisador produziu, então, uma espécie de narrativa geral do estudo. Isso não implica que tudo que foi coletado deverá ser incluído nesta monografia; foi necessário fazer uma redução dos dados de tal forma que seja incluído na análise somente aquilo que é essencial e que tem ligação direta com os objetivos desta pesquisa (MIGUEL, 2007).

Após ter aplicado os métodos: questionário misto, entrevista estruturada e história oral, os dados adquiridos foram organizados e transcritos, conforme orienta Gil (1999) “organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação”; logo, os dados foram tabulados e transcritos, através do *software Microsoft Excel* e do *Google Docs*, ferramentas pelas quais ajudaram na tabulação dos dados e na formação dos gráficos estatísticos. Em seguida esse conteúdo foi analisado. Essa análise significa, de acordo com Roesch (1999, p. 157), aplicar uma “série de procedimento para levantar inferências válidas a partir de um texto”.

Por fim, os dados foram interpretados, tomando como base o que, para Lakatos e Marconi (2003, p.167), é uma atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema.

3.6 Conclusão da Capítulo

Conforme Lakatos e Marconi (2003, p.83), todo procedimento metodológico tem como objetivo delinear o caminho a ser percorrido pelo pesquisador na tentativa de relacionar a teoria com a vivência. A metodologia dá origem ao método, e é o método que possibilita a pesquisa. O autor ainda completa, afirmando que método é “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador” (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Diante disso, ficou a conclusão da importância da execução desses procedimentos para desempenho do processo de construção deste estudo, visto que não seria possível realizar tal pesquisa se não houvesse ferramentas que mensurassem e avaliassem as informações coletadas e trabalhadas para a obtenção de resultados.

Capítulo IV - Resultados da Investigação

“A liberdade é a liberdade de dizer que dois e dois são quatro. Quando se concorda nisto o resto vem por si”
George Orwell

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos uma breve descrição do ambiente da pesquisa e os dados obtidos em conformidade com a pesquisa proposta e discutidos os resultados, considerando os objetivos propostos. O ambiente da pesquisa é o lugar de onde são coletados e retirados todos os dados e informações, para que posteriormente sejam analisados e, conseqüentemente, transformados em resultados que sirvam como fonte para o assunto pesquisado e também como fundamentação e base para estudos futuros.

Diante dos procedimentos metodológicos propostos no Capítulo III, e com base na fundamentação teórica descrita no Capítulo II, foi embasada a presente análise, gerando por sua vez os resultados obtidos a partir desta.

A pesquisa foi aplicada junto a 42 (quarenta e dois) trabalhadores informais, nos locais citados na Seção 3.2. Teve como necessidade 6 dias para coleta dos dados e 4 dias para serem tabulados e transcritos; e só após esses procedimentos, a interpretação pôde ser realizada. Sendo que, no momento em que a entrevista era realizada, já se notava uma controversia com relação à realidade vivida pelos trabalhadores, quanto ao que encontramos hoje na literatura a respeito destes.

Segundo o que Neri (2000) afirma quando expõe o trabalho informal como maior contribuinte para o aumento da pobreza, já que na condição de desemprego os setores mais pobres não têm outra opção senão tentar a sobrevivência através de ganhos informais, fica as divergências, pelas quais o referencial teórico expõe em certos momentos, quando baseado majoritariamente em enfoques nacionais que, como já comentado, é extremamente pobre no âmbito de realidades locais. Portanto, pode-se observar, também, de acordo com Luna (2017), realidades que convergem e divergem com a literatura adotada.

4.1 Caracterização do ambiente da pesquisa

Buscar fontes de dados não é tarefa simples, principalmente quando se trata de assuntos amplamente discutidos, mas que se limitam a certas especificações. Pesquisar sobre o tema em questão não foi trabalho fácil, pois grandes eram as buscas para os poucos resultados obtidos.

A literatura sobre informalidade no mercado de trabalho brasileiro consiste principalmente em artigos que discutem as políticas públicas de combate ao problema e trabalhos empíricos com análises econométricas, e em sites e blogs que, de uma maneira bem informal, discutiam e dissertavam um mínimo sobre a informalidade e seu ambiente característico.

Para tal, esse construto foi desenvolvido por meio de pesquisas realizadas através do ambiente virtual, visto que a acessibilidade a tal é sem comparação. Porém, a dificuldade de encontrar dados e informações, principalmente em sites públicos como IBGE, é imensa e acaba dificultando muito o desenvolvimento da pesquisa.

Já para a coleta de dados, as dificuldades encontradas nas entrevistas foram muitas, pois as pessoas não gostam de responder os questionários, não se sentem seguros em dar respostas quando essas incluem vida pessoal, renda e governo, e, principalmente, por serem interrogados enquanto estava em horário de atendimento. Quanto à organização para tabulação e transcrição dos questionários, não houve tanta dificuldade, tendo em vista que para tal teve-se a ajuda de uma segunda pessoa que lia o questionário enquanto esse era transcrito. Diante disso, e depois de realizada a transcrição de todos os questionários, chegou-se aos tão esperados resultados.

4.2 Apresentação dos dados e dos resultados

Os dados aqui apresentados são frutos da pesquisa realizada junto com os trabalhadores informais, os quais foram organizados, analisados, tabulados e transcritos para que se pudessem conhecer os resultados. Tais inferências nos mostram uma visão de que os estudos até aqui realizados apresentam, quase nada do todo que o tema “comércio informal” nos reserva. De acordo com a literatura pesquisada para fins de desenvolvimento dessa monografia, pouco ou quase nada se traduz a informalidade como uma possível reviravolta no mundo econômico em que vivemos, apesar de sabermos, como foi apresentado na fundamentação teórica, que a informalidade é a responsável por grande parte da economia. O que não se justifica que o setor informal é um setor que contribui para pobreza. Dada a necessidade de revelar se o comércio informal de fato contribui para a economia e a renda familiar, serão expostos a seguir os dados obtidos durante a coleta.

4.2.1 Faixa Etária

As idades médias dos trabalhadores do setor mostram uma diversificação, visto que entre as camadas mais jovens dessa população o desemprego é maior. Sabendo disso, esperava-se uma

proporção maior de trabalhadores informais nas faixas etárias abaixo de 35 anos, conforme Luna (2017). Pena (2008) afirma que essa faixa etária é de longe a população que mais sofre no cenário de crise, dada a pouca experiência de mercado os forçando a assumir posições precárias.

A pesquisa realizada mostrou que, dos entrevistados, a maioria se posicionou na faixa etária de 26 a 35 anos, 31 respondentes; seguida pela faixa de até 25, 28 respondentes. Porém, o que pode se perceber é que mínima é a diferença entre elas, o que não nos impede de compararmos ou até mesmo, igualarmos essas faixa. Assim como foi visto na fundamentação teórica, a cada 10 jovens, 06 não abrem mão do negócio próprio por carteira assinada.

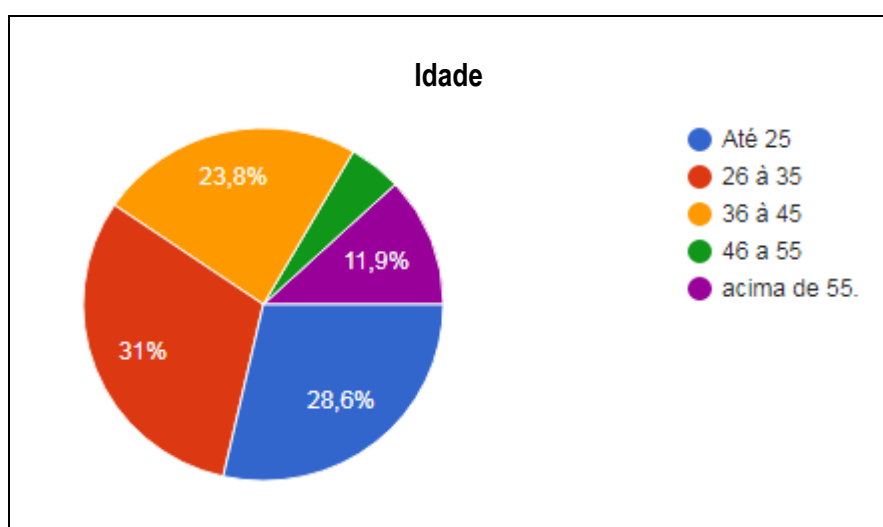


GRÁFICO 1: Faixa etária
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Podemos concluir, também, que apenas 05 entrevistados possuem faixa etária acima de 55 anos. Isso significa que a atividade comercial, mesmo que informal, integra várias pessoas de idades diferentes, visto que no comércio informal existe essa flexibilidade, ou pelo menos, é mais comum essa prática de diferentes faixas etárias nas organizações públicas.

4.2.2 Nível de Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos entrevistados possui do ensino médio incompleto, 26,2% ou 11 entrevistados, ao médio completo 26,2% ou 11 entrevistados. Vinte e dois (22) dos respondentes totais se encaixaram em igual número em cada nível, seguidos por 13 que se encaixam no ensino fundamental incompleto e completo. Isso, de acordo com Kon (1995), destaca que nas atividades informais, no geral, a maior proporção de trabalhadores tem escolaridade média ou

baixa.

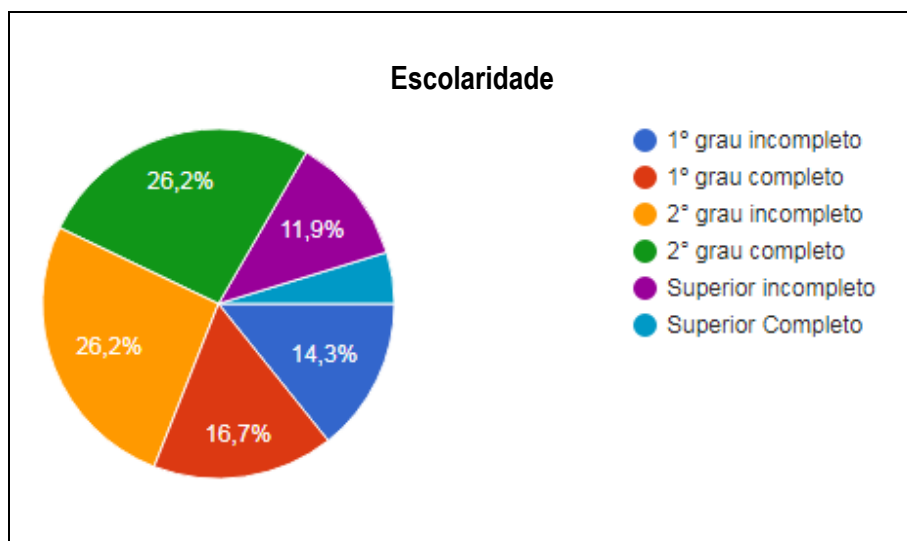


GRÁFICO 2: Nível de escolaridade

Fonte: Pesquisa direta (2017).

Não foram evidenciadas, na pesquisa, diferenças de escolaridade entre homens e mulheres. A realidade apontada em pesquisas do IBGE (2010), que aponta uma hegemonia do grau de escolaridade em todas as faixas de instrução.

4.2.3 Sexo

Quanto ao sexo, de acordo com a pesquisa realizada, entrevistou-se igual número de homens e mulheres, o que tornou a pesquisa, meio a meio. Porém, a participação da mulher no mercado de trabalho está intrinsicamente ligada à necessidade de independência e complemento da renda familiar (SORJ, 2005). O autor também afirma que elas possuem uma maior escolaridade devido à entrada tardia no mercado de trabalho e necessidade de inserção por uma qualificação maior.

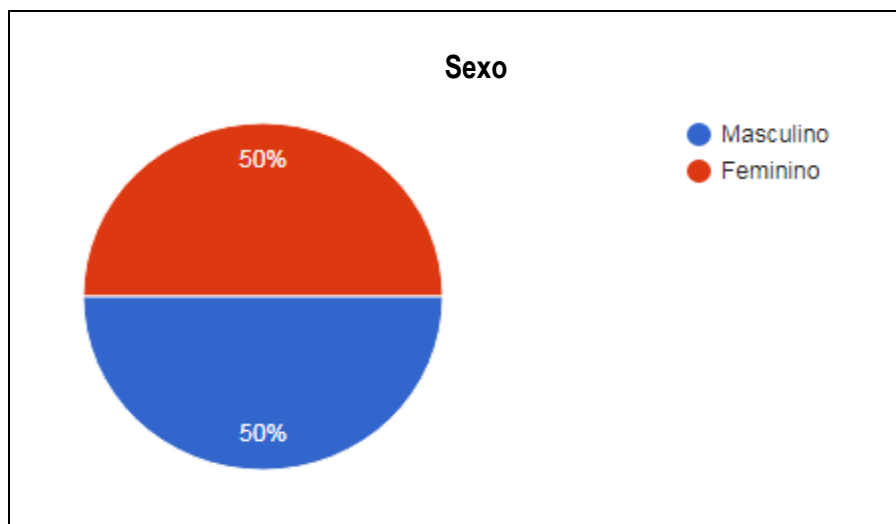


GRÁFICO 3: Sexo
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Esses retratos apontados por Sorj (2005) não foram identificados na pesquisa, pois não se identificou diferenças relevantes quanto à escolaridade e nem sexo entre os entrevistados, levando em consideração que a pesquisa se fez por acessibilidade, e o fato de o resultado ter sido igual para os dois sexos, foi mera coincidência.

E, o que se percebe é que o resultado obtido já revela diferença com relação ao que foi obtido através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2015, realizada pelo IBGE, a qual mostra a desigualdade de gênero em âmbito do trabalho. Na qual as mulheres foram apontadas como 51,3% da população em idade ativa, mas apenas 42,6% dos ocupados e 58,3% dos desempregados (LUNA, 2017).

4.2.4 Etnia

De acordo com Vasconcelos (2005), o aumento dos trabalhadores negros e pardos no mercado informal está relacionado com a desigualdade racial. Para a autora, a situação é mais grave para a mulher negra, pois somente uma em cada quatro possui algum vínculo formal de trabalho. Já para Corseuil; Reis; Brito, (2015), trabalhadores associados ao setor informal tendem a apresentar características distintas daqueles associados ao setor formal. Em particular, pode-se dizer que o setor informal costuma concentrar trabalhadores menos escolarizados, mais jovens, e de cor não branca.

Diante do exposto, e de acordo com os resultados obtidos na pesquisa, essas afirmações não foram confirmadas, pois, de acordo com o achado, a população pesquisada possui uma concentração maior na cor branca, ou seja, 19 dos entrevistados, seguida por parda, 13, e negra, 9.

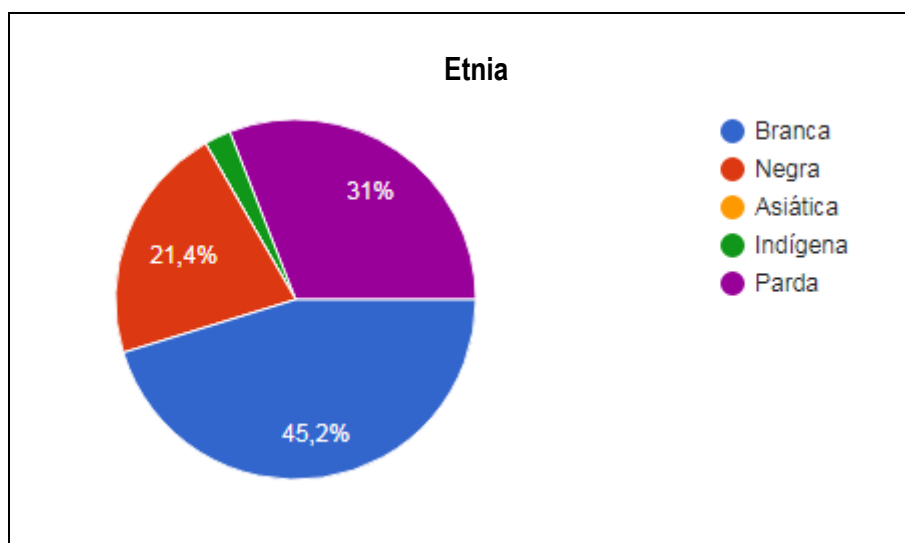


GRÁFICO 4: Etnia
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Em um mundo onde a crise econômica consome cada vez mais sem escolher a quem, garantir o sustento, seja formalizado ou não, é a melhor maneira de sobreviver. É o que deve estar como prioridade. Ou seja, podemos perceber que, independente de cor e raça, o comércio informal atrai a todos, principalmente considerando o sustento e a sobrevivência como necessidade.

De acordo com O Globo (2017), a piora do mercado de trabalho refletiu no aumento da informalidade. No primeiro trimestre de 2017, ou seja, até o mês março, o grupo de empregados sem carteira assinada chegou a 10,5 milhões de pessoas, apurou o IBGE. A alta é de 2,2% contra o período até fevereiro. Em um ano, o aumento foi de 4,1%, equivalente a 401 mil trabalhadores.

No mercado formal ocorreu o oposto. O país tem 33,3 milhões de trabalhadores com carteira assinada, ou 1,4% a menos do que registrava no trimestre até fevereiro. Nesse período, 479 mil vagas formais foram fechadas; em um ano, a redução é de 1,2 milhão. A crise prolongada deixa mais evidente essa característica do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo em momentos de crescimento da economia, a informalidade permaneceu elevada (O GLOBO, 2017).

4.2.5 Tempo de Trabalho

Com relação ao tempo de trabalho, duas faixas se destacaram. Uma parte dos entrevistados, composta por 16 respondentes, trabalham a menos de cinco anos na informalidade, enquanto 14 trabalham a mais de cinco.

Pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito e pela Confederação Nacional de

Dirigentes Lojistas afirma que “por tratar-se de um universo essencialmente jovem, a maior parte dos negócios ainda estão nos primeiros anos de vida”. De tal maneira, os resultados obtidos mostram que a maioria dos entrevistados possui menos que 05 anos de comércio, 16 entrevistados.

Percebe-se, ainda, que parte dos entrevistados trabalha como informal há mais de vinte anos, 6 ao total, e que é nessa faixa de respondentes que está situado a maioria dos que possuem apenas o primeiro grau incompleto, o que significa que esses tiveram que abandonar seus estudos muito cedo, para se dedicarem ao trabalho.

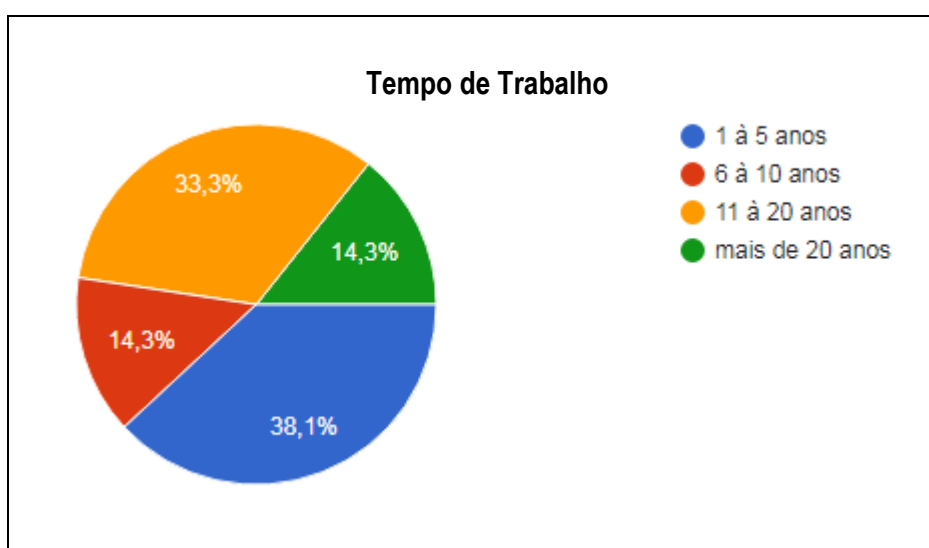


GRÁFICO 5: Tempo de trabalho
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Tal resultado mostra que o comércio informal sempre oferece uma oportunidade para quem quer ou necessita de um emprego; por outro lado, não importa o motivo pelo qual se entrou na informalidade, sabendo gerenciar seu trabalho, sempre haverá um motivo, razão ou circunstância para se permanecer no negócio.

4.2.6 Localização

A pesquisa foi realizada em sua maioria no Mercado Público de Tambá e nas imediações, tendo em vista que essa se fez através da acessibilidade ao local e aos participantes.

Contudo, vale destacar que, como a pesquisa é de cunho qualitativo, não sofrerá com essas diferenças de localidade, não tendo problema algum quanto aos resultados que se obteve através da aplicação do questionário.

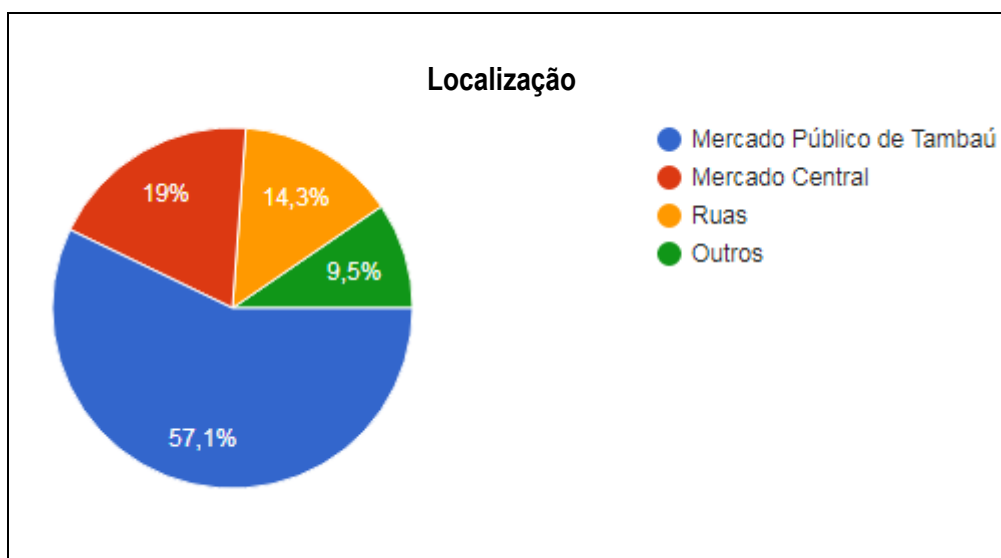


Gráfico 6: Localização
Fonte: Pesquisa direta (2017).

É válido ressaltar que, devido às pessoas não gostarem de serem entrevistadas, a pesquisa se fez necessária principalmente no Mercado Público de Tambaú, pois sendo esse um lugar que frequentam vários turistas, fica mais observável saber se as pessoas que ali trabalham possuem mais rentabilidade que as outras que não trabalham nessa localidade.

Malhotra (2012, p.111) afirma que é uma “boa prática utilizar entrevistadores experientes” [...] pois os “experientes rapidamente detectam insegurança, confusão e resistência nos entrevistados”. O autor ainda completa que talvez as pessoas não desejem dar respostas verdadeiras a perguntas que invadam sua privacidade, causem desconforto ou tenham impacto negativo sobre seu ego ou *status*.

4.2.7 Atividade Negocial

Quanto à atividade negocial, os entrevistados, quase que por unanimidade, responderam vendas como sendo a atividade exercida no âmbito de trabalho. De acordo com a pesquisa aplicada, dos 42 entrevistados, 90,5% ou 38 entrevistados escolheram a opção de vendas, 7,1% ou 3 de serviços, e apenas 2,4% ou 1, de entretenimento.

Vale salientar que muitos dos funcionários que colocaram como atividade negocial a opção vendas prestam serviços. O que se pode deduzir é que, ao preencher o questionário, tais funcionários sequer sabiam que sua atividade negocial como atendente, balconista ou caixa é considerada como um serviço prestado, e que, por trabalharem com a revenda de produtos, esses se colocaram apenas

como vendedores.

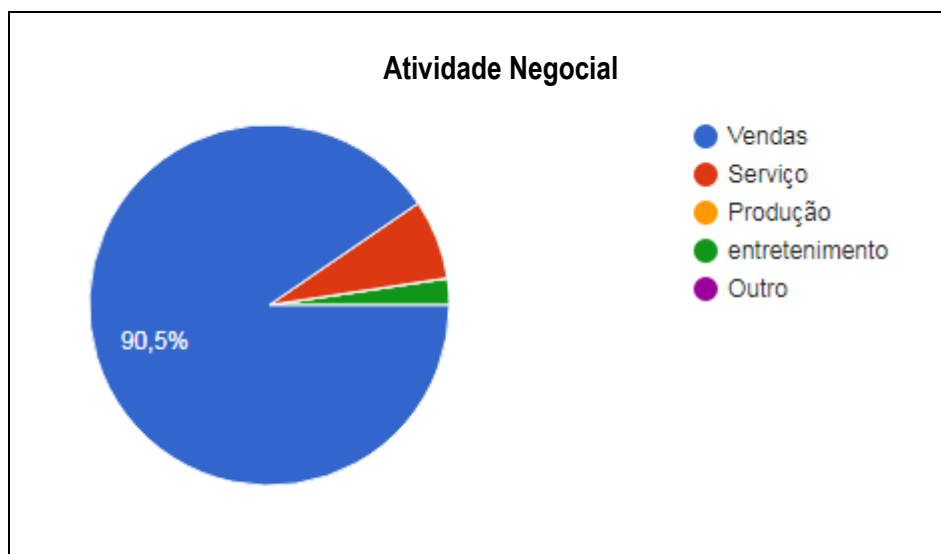


GRÁFICO 7: Atividade negocial
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Isso posto, percebe-se que, devido à grande maioria dos entrevistados dependerem totalmente da renda do comércio informal que exencem, como será visto mais adiante nos pontos 4.2.15 e 4.2.16, eles escolheram esse tipo de atividade por oportunidade, necessidade ou simplesmente por querer ser dono do próprio negócio. Como mostra o tópico a seguir.

4.2.8 Fatores que Influenciam a Escolha por Trabalhar no Comércio Informal

De fato, vários fatores influenciam e podem incentivar as pessoas a escolherem trabalhar no ramo do comércio informal. Frente a essa questão, o Gráfico 8 a seguir mostra os principais fatores escolhidos pelos entrevistados. Podemos considerar, nesse tipo de questão, que mais de um fator pode ser influenciador da tomada de decisão por ser direcionado a trabalhar no ramo da informalidade.

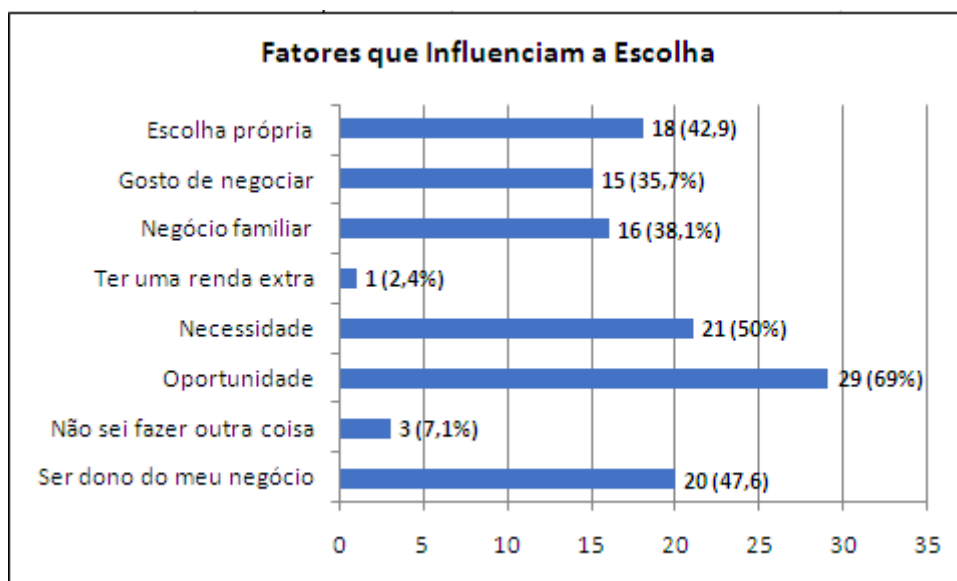


GRÁFICO 8: Fatores que influenciam a escolha
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Almeida (2013) mostra que as atividades, por mais que sejam em busca de um sustento para a família, podem ser frutos de uma escolha própria devido alguns benefícios que este tipo de trabalho apresenta. Ela destaca este ponto de vista no trecho:

[...] O trabalho informal se tornou uma alternativa, que pode até agradar ao trabalhador por algumas vantagens, como fazer seu próprio horário de trabalho, não estar sob a pressão de um patrão e a possibilidade de se conseguir uma remuneração maior do que com um trabalho formal onde também teria que seguir as regras do empregador e um horário determinado. Eleva até sua auto-estima, porque ele pode dizer que tem um emprego e passa a ter mais respeito do que alguém taxado como “vagabundo” [...] (ALMEIDA, 2013).

Já diante das alternativas apontadas pelos dados do Gráfico 8, podemos perceber que a oportunidade vem em primeiro lugar, com 29 contagens, como fator principal para tomada de decisão em abrir um negócio, mesmo que informal. Em seguida, vem a necessidade, 21 contagens, e do desejo de ter o negócio próprio, 20 contagens. Esses fatores estão como os principais influenciadores. Mas, podemos deduzir que, como apenas 1 pessoa escolheu a opção de ter uma renda extra, dá-se a entender que ela já tinha um primeiro trabalho e que escolheu o segundo apenas para complemento de renda, o que não fica claro para os demais, que parecem se encaixar mais na opção necessidade, como primeiro fator de decisão.

4.2.9 Comércio Informal é Melhor que Formal?

Com relação à questão que busca saber se trabalhar no comércio informal é melhor do que trabalhar formalizado, as respostas tiveram quase o mesmo resultado. Porém, a maior parte dos entrevistados, os quais somaram 52,4% ou 22 totais, acreditam que sim, o comércio informal de fato ainda é melhor do que o comércio formal.

De acordo com o que foi embasado no ponto 2.3.4.6, ganhos do comércio informal na fundamentação teórica, algumas das vantagens da economia informal para o trabalhador é que ele, por não ter registro tributário, não está obrigado a pagar impostos, ficando, assim, com todo o retorno do seu investimento. Além disso, tem maior liberdade e flexibilidade com seus horários, já que trabalha para si próprio, e, por consequência, não tem as obrigações trabalhistas de um empregado formal.

Para os respondentes que acreditam que o comércio informal é melhor do que o formal, as alegações foram as de acordo com a Figura 3.

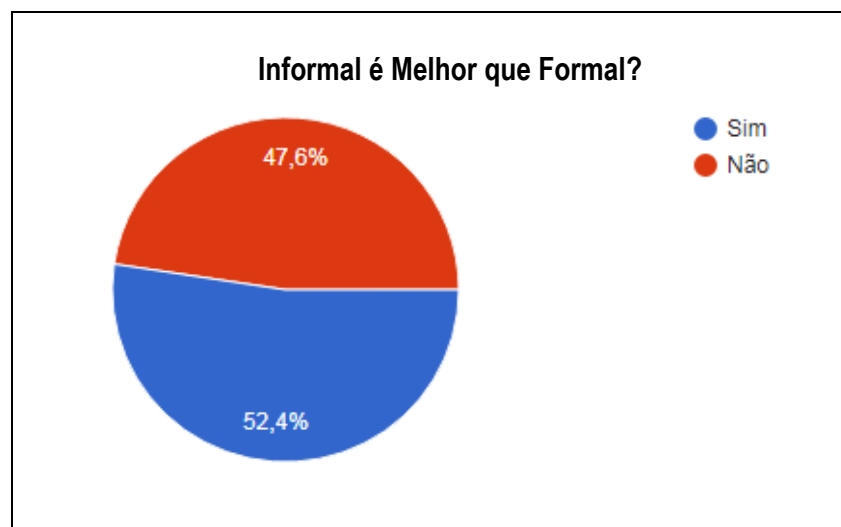


GRÁFICO 9: Comércio informal é melhor que formal?
Fonte: Pesquisa direta (2017).

De acordo com o Portal ASAAS (2015), diversas vantagens são proporcionadas pelo MEI, Legalização do próprio negócio, Facilitação na burocracia, Direito a benefícios previdenciários, Isenção de impostos, Simplificação da escrituração contábil e fiscal, Possibilidade de contratação. Já de acordo com a Revista Época (2017), a série de benefícios para o trabalhador é: direito a férias remuneradas e 13º salário, proteção social, como seguro-desemprego, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade e aposentadoria, entre outros.

Já com relação aos entrevistados que responderam que o trabalho formal é melhor, somados 20 no total, as respostas foram unânimes. Para todos eles, o comércio informal não é melhor que o formal, dando como explicação os direitos e benefícios que a formalidade oferece. Porém, vale ressaltar que, durante as entrevistas, alguns dos funcionários que responderam que não, afirmaram que para os donos do negócio, eles acreditam que sim, que o comércio informal era melhor que o formal.

A Figura 3 mostra, das alternativas que mais contribuem para que o comércio informal seja colocado como melhor que o informal para a maioria dos respondentes.

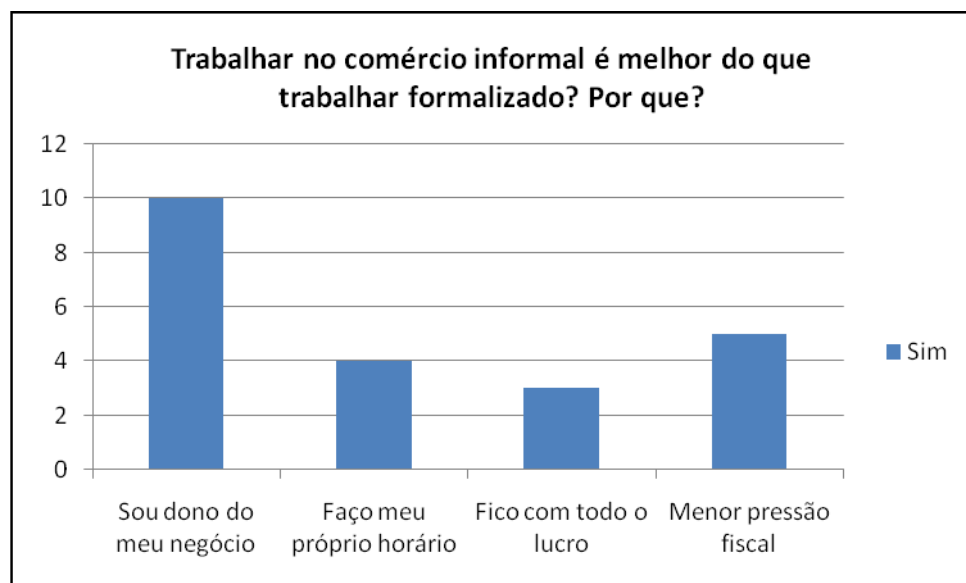


FIGURA 3: Melhorias do comércio informal
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Percebe-se que a maioria dos entrevistados respondeu que ser dono do seu próprio negócio e não ter que pagar impostos é o que faz do comércio informal melhor do que o formalizado.

4.2.10 Comércio Informal é mais Vantajoso que Formal?

Para a questão que pergunta se trabalhar no comércio informal é mais vantajoso do que formalizado, as pessoas que responderam sim foram responsáveis por 69% do total, o que corresponde a 29 entrevistados.

A principal vantagem do trabalho informal é o fato de o mesmo ser uma forma que as pessoas têm de obter rendimentos. Ao mesmo tempo, é aquele que não requer registro e a possibilidade de obter uma renda melhor e o fato de poder gerir o tempo são outros proveitos tirados desse tipo de

trabalho (TODA MATÉRIA, 2017).

Alguns dos respondentes, durante a entrevista, relataram que “não preciso me reportar a ninguém, sou meu patrão”, já outro falou que “o comércio informal é mais vantajoso porque temos a possibilidade de ganhar mais”.

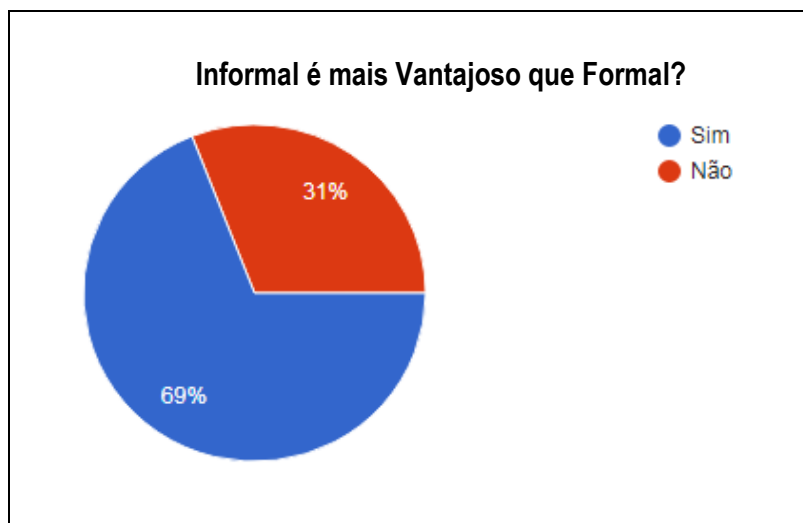


GRÁFICO 10: Comércio informal é mais vantajoso que formal?
Fonte: Pesquisa direta (2017).

E para saber quais as vantagens existentes no comércio informal, a Figura 4 mostra as alternativas que mais contribuem para que o comércio informal seja colocado como mais vantajoso que o formal para a maioria dos respondentes. Chegando, assim, após a análise das explicações, nos seguintes resultados.

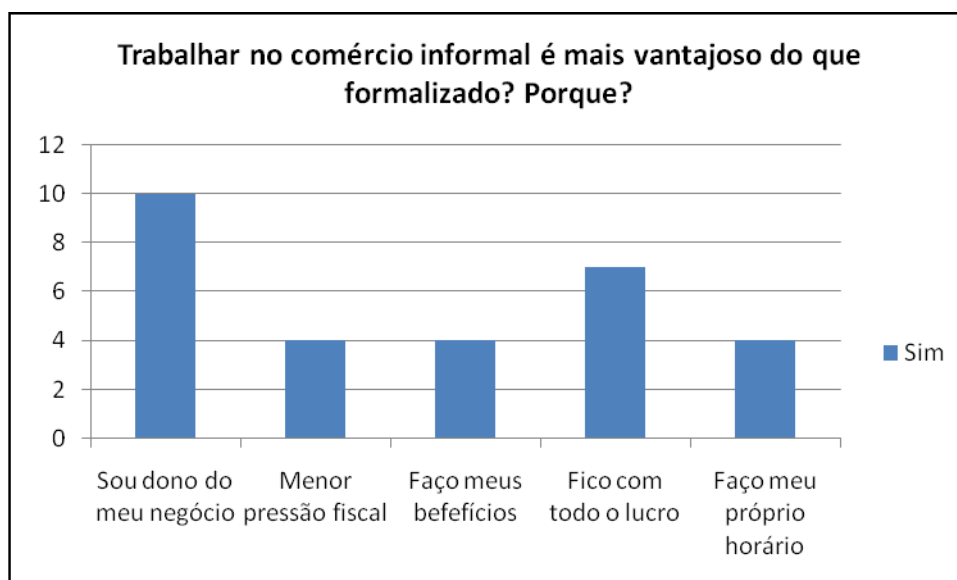


FIGURA 4: Vantagens do comércio informal
Fonte: Pesquisa direta (2017).

É perceptível nos dados da figura 4 que, para os entrevistados, o fato de não ter patrão é o que faz do comércio informal ser, além de melhor, ser também mais vantajoso que o comércio formal, Ficar com todo o lucro e, conseqüentemente, não ter que pagar impostos sobre esse, ficou como segunda opção mais escolhida.

E, para aqueles que acreditam que o comércio informal não é mais vantajoso, os quais corresponde a 13 entrevistados, a explicação dos mesmos foram:

Desvantagens do Comércio Informal	Nº de entrevistados
Falta de credibilidade	3
Ausência de direitos e benefícios	8
Carga horária excessiva	2

TABELA 1: Desvantagens do comércio informal
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Os dados da Quadro 1 mostram que os entrevistados acham o comércio informal desvantajoso devido à ausência dos direitos e benefícios, como foi visto no ponto 4.2.9, falta de credibilidade no mercado, e carga horária excessiva. “Com uma carga horária de trabalho desgastante, fica difícil para esse trabalhador planejar e especializar sua administração, definindo funções e tarefas. As condições precárias forçam esse empresário a atuar no improviso”, explica a economista do SPC Brasil, Ana Paula Bastos.

4.2.11 Se Sente Orgulhoso?

Para a questão que perguntava o quanto o trabalhador se orgulhava em saber que seus familiares trabalham na informalidade, as respostas foram mais que significativas. Tendo que 83,3%, ou seja, 35 dos entrevistados, responderam que sentem orgulho em ter familiares que trabalham nesse ramo de atividade, enquanto apenas 7 entrevistados não se orgulham.

De acordo com os entrevistados, “me orgulharia sim se alguém dos meus familiares resolvesse trabalhar no comércio informal, pois além de não está desempregado, ele seria dono do seu próprio negócio e não dependeria de patrão” e ainda, “me orgulharia sim, sou feliz com meu trabalho, sou dona do meu próprio negócio e apesar de ser cansativo, no fim do dia, me sinto feliz, faço aquilo que gosto, pois é daqui eu tiro tudo que preciso”.

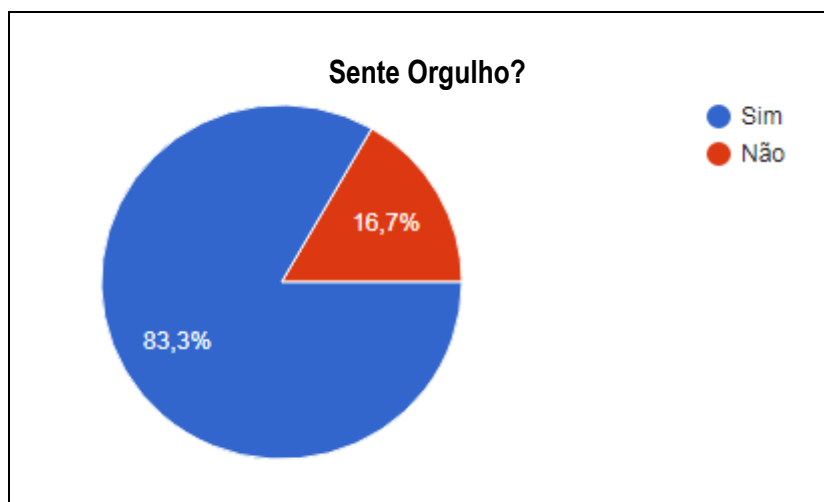


GRÁFICO 11: Se sente orgulhoso?
Fonte: Pesquisa direta (2017).

E, para entender o que de fato contribui para que as pessoas se orgulhem de seus familiares, mesmo sabendo que esses estão no ramo informal, foi preciso organizar suas respostas explicativas, de modo que foram escolhidas as seguintes, mostradas na figura 5 a seguir.

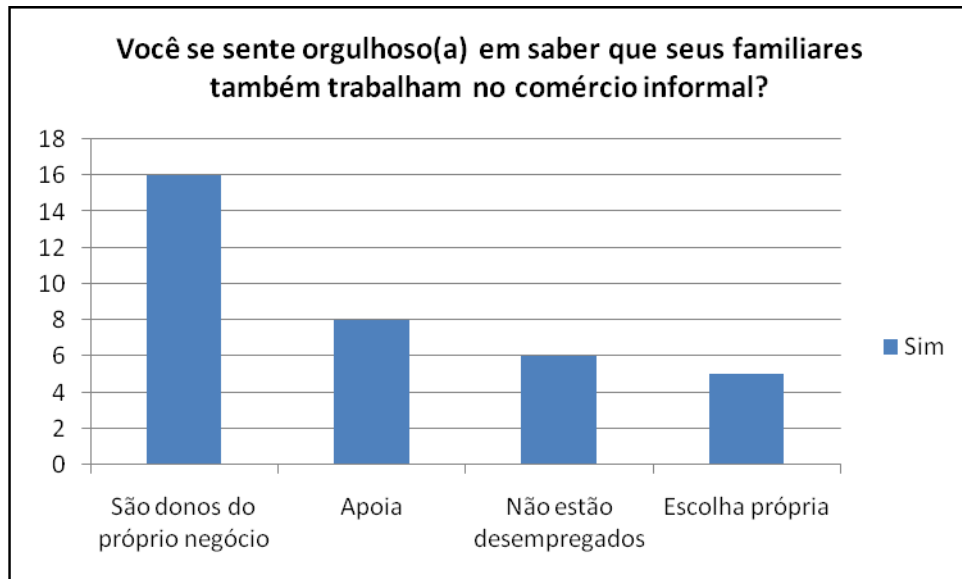


FIGURA 5: Se orgulham do comércio informal?
Fonte: Pesquisa direta (2017).

De acordo com as alternativas, o fato de serem donos do próprio negócio é o que mais contribui para que os entrevistados se orgulhem de seus familiares por eles trabalharem no comércio informal, seguidos dos que simplesmente apoiam, dos que acham que, ao menos não estão desempregados e, dos que se orgulham, se a decisão for através de escolha própria, sem influência.

Já para os respondentes que não acham o comércio informal mais vantajoso, as seguintes explicações foram entendidas.

Não se orgulham do Comércio Informal	Nº de entrevistados
Não recomendam	2
Ausência de direitos e benefícios	5

TABELA 2: Não se orgulham do comércio informal
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Com relação ao Quadro 2, alguns dos respondentes não se orgulham devido à ausência de direitos e benefícios, como já foi falado anteriormente e outros simplesmente não recomendam.

4.2.12 Indicação do Ramo de Atividade

Como resultado, mesmo sendo informal, o comércio é indicado. As respostas dadas foram precisas nas três opções perguntadas. O maior número de indicações está direcionado, devido à aproximação, para a família, com 36 indicações, e para amigos e conhecidos, com 34, já para os

deconhecidos, apesar de ser a opção menos votada, 29 indicaram.

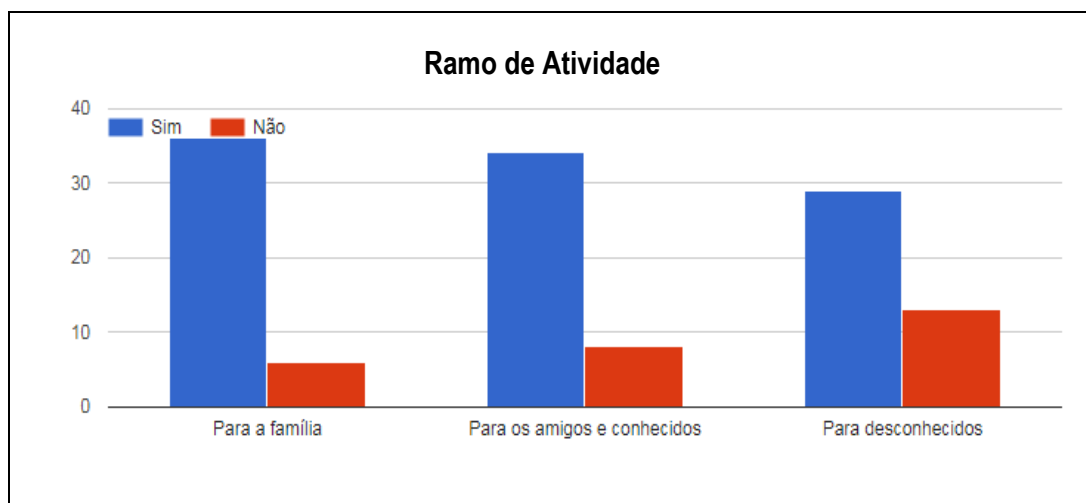


GRÁFICO 12: Indicação do ramo de atividade
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Simões (2017), mostra que “ser vendedor ambulante é um dom. Não é para qualquer um ficar aqui não, você tem que saber vender e ter aquele jeitinho para conquistar os clientes”. Isso posto, pode-se concluir que as pessoas indicam esse ramo de atividade devido as experiências que eles têm do seu trabalho. O que não significa dizer que todos vão ter bons resultados.

4.2.13 Ambiente de Trabalho

Quanto ao ambiente em que as pessoas trabalham, elas gostam e acham bom para trabalhar, 83,3% e tranquilo, 76,2%. O Gráfico 13 mostra que, apesar das afirmações que não possui fiscalização 52,4%, e de ser sujo e desorganizado, 38,1%, poucos acham seu local de trabalho perigoso, apenas 9,5%. Lembrando que, para essa questão, os entrevistados podiam marcar mais de uma alternativa.

Em entrevistas realizadas com os comerciantes, apesar das feiras e mercados não possuírem a fiscalização que deviam, para eles, o local em que trabalham é bom e tranquilo. Segundo um entrevistado, “é um trabalho difícil, mal me sento para comer, já virou rotina e apesar de ser dona, eu me sinto na obrigação de trabalhar todos os dias, faça chuva ou faça sol”.

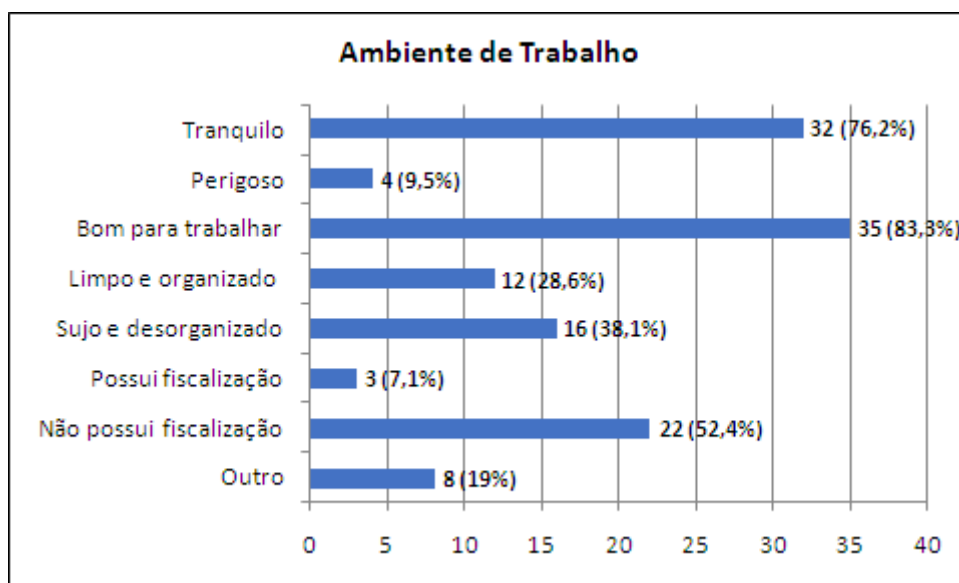


GRÁFICO 13: Ambiente de trabalho

Fonte: Pesquisa direta (2017).

Dos entrevistados que possuem seu local de trabalho nos mercados, todos têm licença da prefeitura para atuar na localidade. Já dos que trabalham nas ruas, alguns possuem a licença e outros pagam aluguel para comercializar nas calçadas de outros comércios, como padarias e estacionamento de prédios comerciais. E, para os entrevistados que escolheram a opção outros como local de trabalhos, esses atuam em lojas.

4.2.14 Práticas do Comércio Informal

A indagação a respeito das práticas do comércio informal, 69%, o que equivale a 29 entrevistados, disseram fazer seu próprio horário, é a principal prática, seguido de 59,5%, ou seja, 25 que acreditam ser o fato de buscar o melhor para si e 57,1%, ou 24 entrevistados, que acreditam que é o aumento da margem de lucro. Outras alternativas seguiram com a menor pressão fiscal, com 50% ou 21 respostas, a opção dos preços mais acessíveis, com 23,8%. Apenas 4 ou 9,5 entrevistados responderam outros, mas devemos considerar que, nessa questão, os entrevistados podiam escolher mais de uma alternativa.

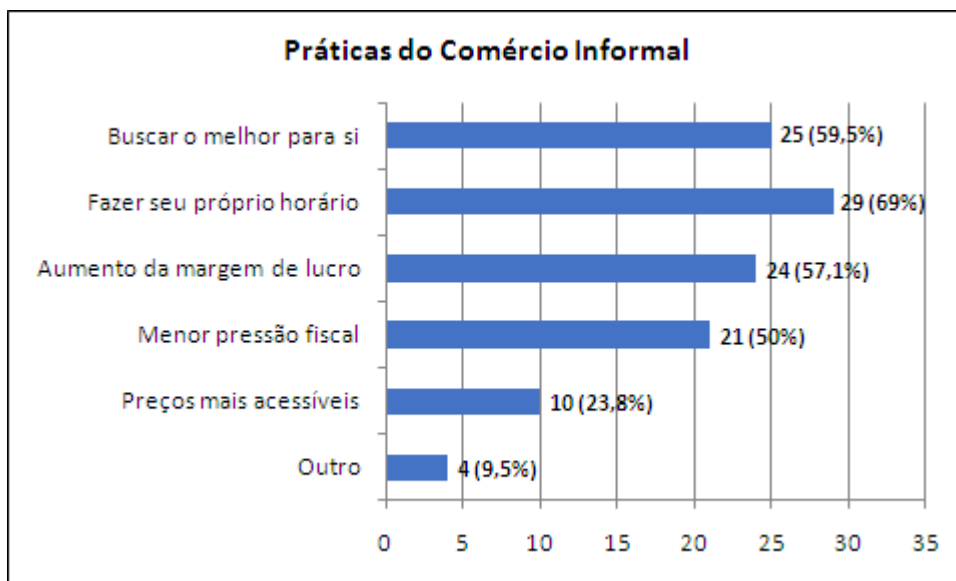


GRÁFICO 14: Práticas do comércio informal
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Assim como foi relatado no ponto 2.3.4.3, Práticas do Comércio Informal, o Gráfico 14 mostrou como resultado as práticas, comparando-as com o que fala a literatura, de fato, essas são as principais práticas do comércio informal.

4.2.15 Dependência do Comércio Informal

Para os entrevistados, quanto a sua dependência financeira, por pouco não se atingiu a sua totalidade. Das respostas obtidas, 92,9% dos respondentes, 39 ao total, responderam que dependem sim do comércio informal no qual trabalham. Apenas 03 dos entrevistados não dependem, pois possuem outras rendas.

Alguns respondentes afirmaram “dependo totalmente desse comércio, através dele eu pago a escola, a internet, combustível, faço compras, etc.”. Outro diz “a partir daqui, consigo manter minha família e assumir todos os compromissos”. Para outro, “dependo sim, pois tudo que minha família construiu veio desse comércio informal”.

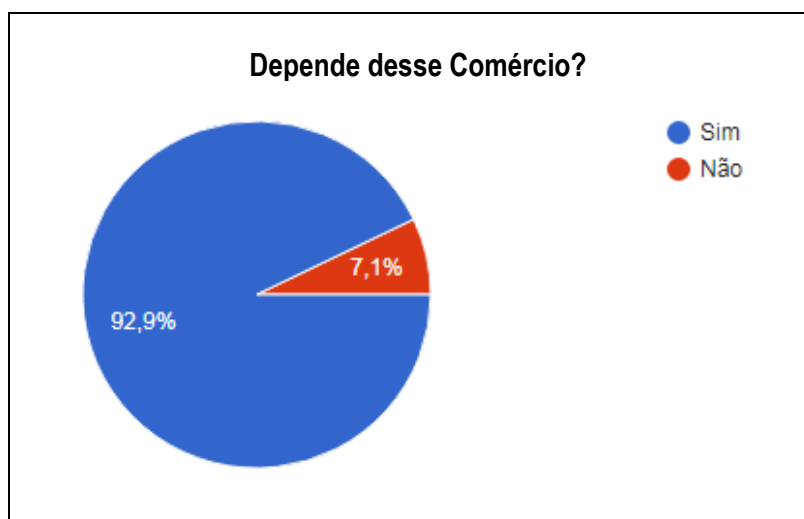


GRÁFICO 15: Dependência do comércio informal
Fonte: Pesquisa direta (2017).

O quanto eles dependem dessa renda, está especificado no Gráfico 16. Para os trabalhadores do comércio informal, independente do produto que eles comercializam, ou do serviço que oferecem, garantir seu sustento e de sua família é o que de fato importa.

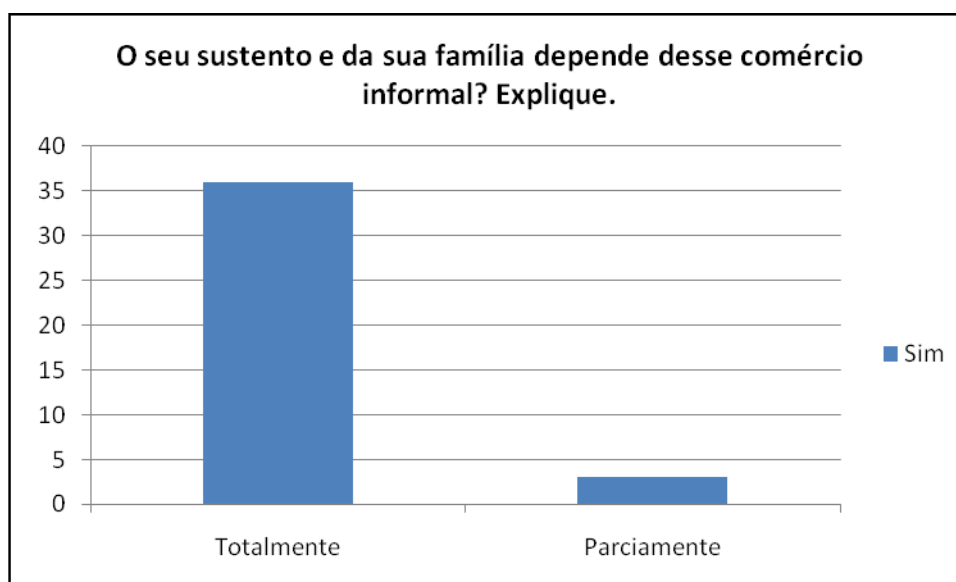


FIGURA 6: Sustento da família
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Dos entrevistados que possuem dependência do comércio informal, 36 dependem totalmente, enquanto apenas 03 dependem parcialmente dessa atividade. Os entrevistados relataram que todos os gastos, como água, energia, internet, combustível, escolas, compras de alimentos etc. são pagos com o dinheiro que ganham do seu comércio.

4.2.16 Fonte de Renda?

Para 30 entrevistados, o que equivalem a 71,4%, o comércio informal que exercem é sua única fonte de renda, enquanto 12 ou 28,6% desempenham outra atividade econômica, as quais são utilizadas como fonte suplementar de renda.

Segundo Diniz; De Jesus Matos, (2012) “o comércio informal é fonte de emprego não só para os donos das bancas, mas também para uma parcela significativa da população”.

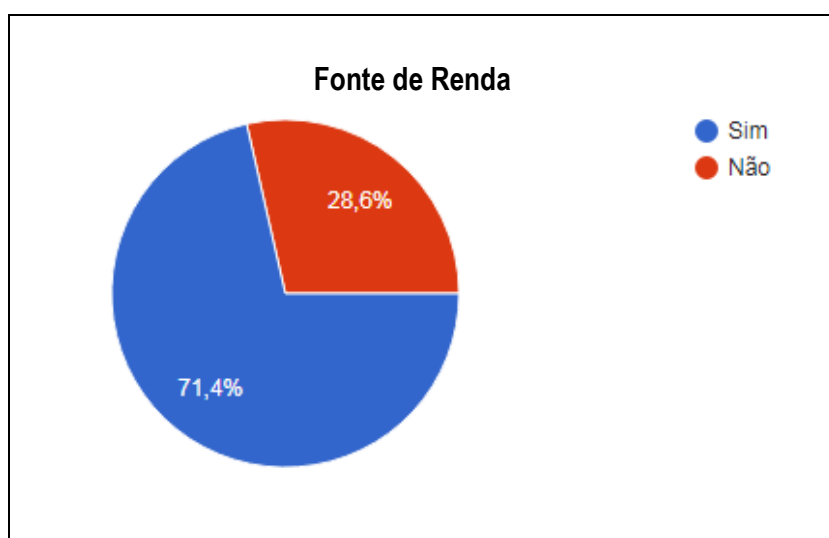


GRÁFICO 16: Fonte de renda
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Para os que possuem outras fontes de renda, que são apenas 12 dos respondentes, esses se resumem nas categorias destacadas a seguir.

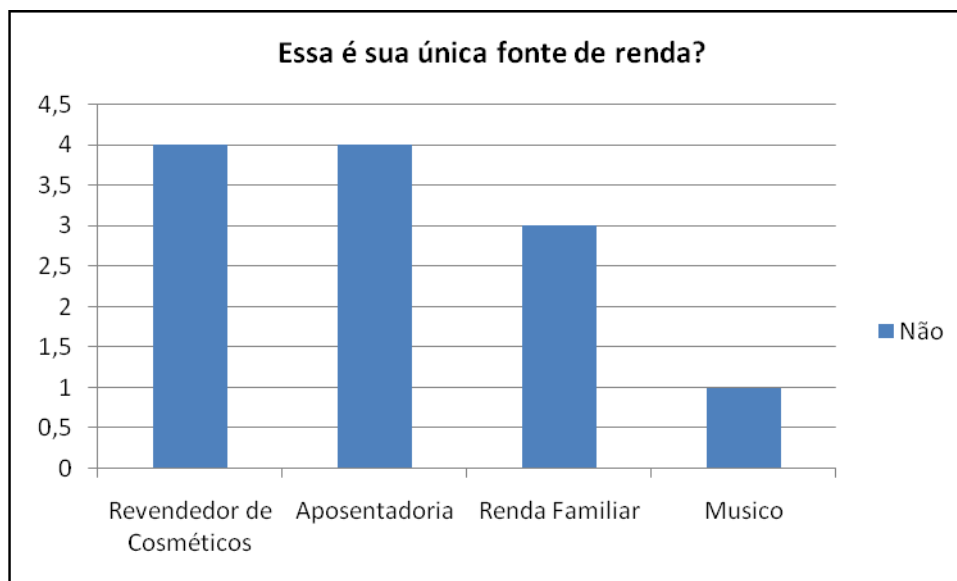


FIGURA 7: Complemento de renda
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Dos entrevistados que responderam ter uma fonte de renda extra, a opção, revendedor de cosméticos e aposentados apresentaram o mesmo número de contagem, seguida dos que possuem renda familiar.

Beltrão (2010) destaca a natureza da atividade dentro da economia:

[...] Como as demais atividades ligadas à economia informal, o comércio ambulante não se apresenta como um fenômeno transitório fadado a desaparecer num futuro previsível da economia nacional e mundial. Essa atividade se caracteriza por ser uma estratégia de sobrevivência ou subemprego complementar. [...].

Isso posto, percebe-se que o trabalho informal permite que as pessoas tenham opções de rendas alternativas para complementarem a sua fonte principal. Ao mesmo tempo, temos que os aposentados preferem continuar ativos profissionalmente, mesmo que por necessidade ou por opção, como visto no primeiro capítulo desta Monografia de Conclusão de Curso.

4.2.17 Ganhos do Comércio Informal

Segundo os entrevistados, muitos são os ganhos do comércio informal. De acordo com a pesquisa realizada, 78,6% deles optaram por seguir as próprias regras, 61,9% optaram por fazer seu próprio horário e não precisar pagar impostos, as quais tiveram o mesmo percentual, assim como 59,5% para não precisar de registro tributário e ficar com todo o lucro. Apenas 9,5% escolheram a opção outro.

Devemos ter em mente que, nessa questão, os respondentes podiam escolher mais que uma alternativa.

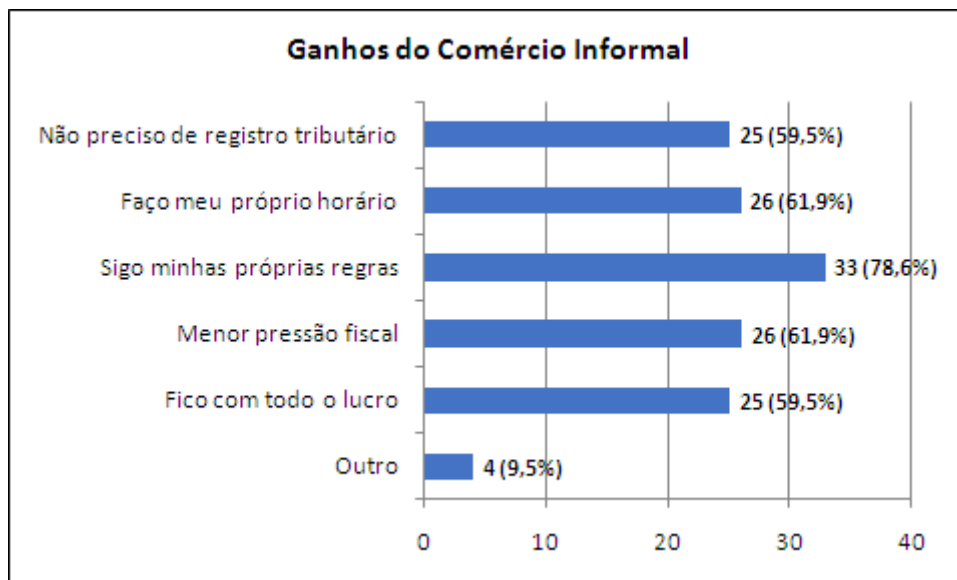


GRÁFICO 17: Ganhos do comércio informal
Fonte: Pesquisa direta (2017).

Ao analisar o Gráfico 17, podemos afirmar que seguir as próprias regras recai como maior ganho do comércio informal, partindo das primícias que o trabalhador que resolve trabalhar com o propósito de ser dono do seu negócio não possui superior para lhe dar ordens, logo esse passa a criar suas regras de acordo com o que ele achar que vale ou não a pena.

Trabalhar na informalidade nem sempre é emprego único para o trabalhador, pois uma das vantagens de ser informal é que você pode agregar rendas em diferentes ramos de atividade. Porém, para que isso seja possível, cabe a pessoa ter ciência e saber administrar bem suas finanças para que uma atividade não venha prejudicar a outra, pois se faz necessário que o lucro venha das duas partes.

Apesar de pontos de vista divergentes, não se pode negar o fato de que esta atividade informal ganha novos adeptos a cada dia. Entretanto, pouco se sabe a respeito dessa atividade, pois uma característica inerente ao setor informal é a sua complexidade e a variedade de atividades inseridas no seu contexto. E, algumas destas atividades são facilmente observáveis, enquanto outras são menos conspícuas e praticamente impossíveis de serem aferidas (DINIZ; DE JESUS MATOS, 2012).

Segundo Ferreira, Luis et al. (2012), “são altos os índices de mortalidade precoce de micro e pequenas empresas, gerados por diferentes elementos e condições ligadas a estas unidades produtivas”. Já a pesquisa do SEBRAE-SP (2010) mostra que, de cada 100 empresas paulistas abertas, 27 não ultrapassam o primeiro ano de atividade. Esta proporção aumenta após cinco anos da

abertura da empresa para 58%.

Isso posto, temos através dos resultados obtidos com a aplicação da pesquisa que: não é porque os trabalhadores são informais que devem ser considerados ilegais e excluídos. Deve-se considerar que todo trabalho formal existente hoje nasceu um dia da informalidade e que acabar com essa atividade vai depender muito do interesse dos envolvidos, uma vez que não basta apenas registrar os comerciantes em busca de arrecadar tributos. É imprescindível que haja um suporte para que esses permaneçam formalizados.

Capítulo V - Conclusões da Pesquisa e recomendações para trabalho futuros

“Em algum lugar, alguma coisa incrível está esperando para ser conhecida.
Carl Sagan

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no apanhado dos capítulos anteriores, esta seção tem como objetivo apresentar as considerações conclusivas pertinentes ao conteúdo investigado. Assim sendo, a presente seção apresenta apenas um resumo destas principais considerações, apontando igualmente as recomendações finais decorrentes da execução deste estudo.

As pessoas que trabalham na informalidade desconhecem ou pouco sabem do que é composto o comércio informal e, assim sendo, ficam a mercê dos poucos conhecimentos que possuem em relação ao mesmo. Trabalhar, mesmo que informalizado, não significa estar livre de obrigações, nem de ter direitos garantidos, pois o trabalhador informal pode garantir para si direitos e benefícios, tais como: pagar seu INSS e fazer uma reserva, como se ele estivesse trabalhando formalizado, como garantia futura, pois assim como um trabalhador registrado, o informal também pode ter direitos, desde que esse saiba administrar suas finanças.

Entretanto, é preciso levar em consideração o fato de que apesar de representar um incômodo para a sociedade, o comércio informal cumpre um importante papel social, já que, em face de dificuldades econômicas, evita que número expressivo de indivíduos ingresse na marginalidade para sustentar suas famílias, como já discutido por Diniz (2012).

Segundo a gerente de orientação empresarial do SEBRAE-PE, Roberta Andrade, a falta de informação é o principal impedimento para os microempreendedores individuais. Ela acredita que o medo dos altos impostos cobrados antigamente pelo Governo ainda fazem os empresários optarem pela informalidade. “A desinformação causa a permanência de muitos empreendedores na informalidade (PORTAL IG, 2017).

Isso posto, deve-se o interesse por parte dos órgãos governamentais quanto a deixar claro para os comerciantes informais que a formalização não é um “bicho de sete cabeças”, mas também dar suporte para esses trabalhadores. Como motivar um trabalhador que comercializa há mais de 30 anos como informal e nunca teve problemas com isso, mas pelo contrário, conseguiu através de seus esforços conquistas e realizações, que ele deve se formalizar? E como deve ser explicado isso para os mais velhos e iletrados, que na maioria das vezes o pouco que se sabe é assinar seu próprio nome?

Diante desse contexto, concluiu esse capítulo afirmando que há uma grande contradição quando o assunto é comércio informal, pois, de acordo com Neri (2003), "ao focar excessivamente o desemprego metropolitano, exclui o pobre. Este não pode se dar ao luxo de ficar buscando emprego, pobre cai na informalidade". Frente a essa afirmação, surge as seguintes indagações: Porque se exclui e tanto martiriza a informalidade, exigindo que todos os trabalhadores se formalizem, se quem é informal por sua vez é pobre e esse não se dá direito ao luxo? Porque cruzificam os trabalhadores informais, mas exigem que paguem tributos, sendo esses desprezados?

De acordo com o achado da pesquisa realizada, os trabalhadores informais desconhecem ou pouco sabem sobre a informalidade. O que se obteve com os resultados foi que é do comércio caracterizado como informal que os pais sustentam suas famílias, arcando com toda despesa gerada por eles. E que, por não ser formalizado, o informal não contribui diretamente com os tributos exigidos pelo governo para os possuintes de CNPJ, mas indiretamente, todos os trabalhadores informais contribuem pagando impostos, quando esses adquirem quaisquer bens ou serviços que lhe custem capital.

Diante do exposto, e com os resultados obtidos na pesquisa realizada, conclui-se que o comércio informal, de fato, contribui para a economia e o orçamento familiar, pois a renda dos entrevistados da pesquisa realizada depende do comércio informal no qual trabalham, para 92,9% deles. De modo que, através desse achado foram: a) identificados: os principais equipamentos comerciais informais que geram renda à economia e ao orçamento familiar; b) rastreados os principais ganhos efetivos do comércio informal na economia e no orçamento familiar; e c) expostos, em caráter teórico, as vantagens e desvantagens do comércio informal, o que atenderam aos objetivos da pesquisa.

5.2 Sugestões e recomendações

Acreditamos que o governo precisa ser mais justo ao querer, por exemplo, que um vendedor de pipoca se registre como microempreendedor individual apenas para adquirir um CNPJ e ter acesso a irrisórios empréstimos que, muitas vezes, só servem para fazer com que o trabalhador se endivida. E o que dizer das grandes empresas que se dizem organizações sem fins lucrativos, quando, na verdade, movimentam milhares de reais, sem pagar absolutamente nada de imposto?

O governo deveria investir mais no comércio informal, porém de uma maneira mais transparente e equilibrada, cobrando dos trabalhadores o equivalente aos direitos que o governo oferece, pois para que tanto das pessoas que muitas vezes são tão pequenas? Ao invés de se

preocuparem em saber por quê, os informais não querem se formalizar, não buscam saber por que não querem pagar mais impostos do que já pagam?

Os trabalhadores têm condições de criar seus próprios benefícios e, para isso, só precisam ter mais conhecimentos sobre como administrar suas finanças. De tal modo que podem poupar para possuírem garantias no futuro. Um exemplo, é que o informal pode se cadastrar como ambulante e pagar seu INSS, garantindo futuramente com a sua aposentadoria, ao até mesmo auxílio em caso de doença.

Considerando o Estado, a grande desvantagem é que há menos arrecadações para os cofres públicos, mas, se por um lado ele pode isentar grandes organizações de cumprir com suas obrigações tributárias, por outro o trabalhador informal também deveria ter esse mesmo direito, sendo ele consumidor final e que já paga altos impostos ao adquirirem os produtos e serviços que necessitam para sobreviver.

Por fim, essa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de contribuir ao máximo, tanto para com os trabalhadores informais, quanto para a literatura, que pouco de fala sobre o tema proposto em favor dos mesmos. Assim como buscar, de maneira justa, o que pode contribuir para suas necessidades, visando melhorar sua vida. Espera-se que essa pesquisa possa servir de base e fundamentos para que se construam novas constatações sobre o setor informal, pois a mesma mostrou resultados claros sobre os trabalhadores informais, partindo dos pressupostos que foram esclarecidos nesta monografia.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI V. **História oral a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1990.
- ALMEIDA, Maria Goretti; CARMO, Larissa de Andrade; SILVA, Seffra Renata Ramos. **O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual**. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2. Fortaleza: [s.n.], 2013. p. 1-18. v. 1.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
- PORTAL ASAAS. Gestão Financeira S.A. **6 vantagens de ser um Microempreendedor Individual**. 2015. Disponível em: < <https://www.asaas.com/blog/6-vantagens-de-ser-um-microempreendedor-individual/>>. Acesso em 24 de Outubro de 2017.
- BARBOSA, A. F. **De “setor” para “economia informal”**: aventuras e desventuras de um conceito. São. Paulo: USP, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BELTRÃO, Myrian Matsuo Affonso. **Trabalho informal e desemprego**: desigualdades sociais. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-05032010-130328. Acesso em: 05 de Novembro de 2017.
- BHBIT- Soluções para o terceiro setor. **O Terceiro Setor – Significado e sua história no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.bhbit.com.br/terceiro-setor/o-que-e-terceiro-setor-significado/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.
- BOA, A. C.; FRANÇA F. J. N.; AMORIM T. S. F. **Descrição e Importância do “Delineamento da Pesquisa” em Dissertações e Teses**. 2012
- CALAIS, S. L. Delineamento de levantamento ou *survey*. In: BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. de. **Metodologias de pesquisa em ciências**: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2010. p.81-89.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CNDL. **Quatro em dez entram na informalidade para não depender de patrão**. 2013. Disponível em: < <http://www.cndl.org.br/noticia/quatro-em-dez-entram-na-informalidade-para-nao-depender-de-patrao/>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2017.
- COELHO, F. D. **Ambiência produtiva e construção social no território**: o programa de desenvolvimento local no município de Piraí. Anais...IX Congresso Internacional del Clad sobre reforma del Estado y de la Administracion Pública. Madrid, Espanha, 2004.
- CONCEITO DE. **Conceito de negócio**. 2013. Disponível em: < <http://conceito.de/negocio>>. Acesso em: 13 de Maio de 2017.

CORSEUIL, Carlos Henrique; REIS, Mauricio Cortez; BRITO, Alessandra Scalioni. Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, n. 1, p. 5-31, 2015.

COUTINHO, Rafael. **A História do Comércio**. 2014. Disponível em: <<http://cultura.culturamix.com/curiosidades/a-historia-do-comercio>>. Acesso em: 11 de Maio de 2017.

DE SÁ PASCHOAL, Andressa et al. **ECONOMIA INFORMAL**, 2013.

DESLAURIERS J. P. **Recherche Qualitative**. Montreal: McGraw Hill, 1991

DINIZ, Alexandre; DE JESUS, Terezinha Matos. **O Comércio Informal de Boa Vista**. Textos e Debates, v. 1, n. 5, 2012.

EVANS, L. **Veja as vantagens e desvantagens de formalizar o negócio em tempos de crise**. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/06/01/internas_economia,653469/veja-as-vantagens-e-desvantagens-de-formalizar-o-negocio-em-tempos-de.shtml>. Acesso em: 01 de Setembro de 2017.

FERREIRA, Luis Fernando Filardi et al. **Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo**. Gestão e Produção, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002.

FONTELLES, Mauro José et al. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Revista Paraense de Medicina, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **"Economia informal"; Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-informal.htm>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1988. 159 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRUPO ESCOLAR. **Tipos de Comércio.** Disponível em: <<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/tipos-de-comercio.html>>. Acesso em: 12 de Maio de 2017.

HECKERT, Cristiano Rocha et al. **Qualidade de serviços nas organizações do terceiro setor.** Produção, v. 18, n. 2, p. 319-330, 2008.

IBGE. **Economia Informal Urbana.** Rio de Janeiro. 2005.

JORNAL O GLOBO. **Desemprego fica em 13,3%, no trimestre encerrado em maio.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/desemprego-fica-em-133-no-trimestre-encerrado-em-maio-21538408>>. Acesso em 20 de Outubro de 2017.

KANITZ, S. **Artigos do Terceiro Setor: O que é o Terceiro Setor?** Disponível em: <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

KON, Anita, **A Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional.** Brasília, SESI, 1995.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

_____. **A OIT e a Economia Informal.** Escritório da OIT em Lisboa, 2006.

_____. **Decent Work and the informal economy, International Labour Conference 90th session.** Geneva: ILO, 2002.

_____. **Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productivity in Kenya.** Geneva: ILO, 1972.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 6 ed. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHFELD, N.A.S.; BARROS, A.J.P. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** Petrópolis-Vozes, 1991.

LUNA, Hugo Farias de. **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E INFORMALIDADE: um estudo no Setor Turístico da Grande João Pessoa.** 54 p. Monografia (Bacharel em Administração de Empresas). João Pessoa/PB - Campus I da UFPB, 2017.

MACHADO, M. N. M. **Entrevista de pesquisa: a interação entrevistador / entrevistado.** Tese. (Doutorado) - Belo Horizonte, 1991.

MACHADO, P; CASTILHO, A. **Ser Informal é Mal Negócio.** Ed. 271. Ano 2011. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI254447-17155,00-SER+INFORMAL+E+MAU+NEGOCIO.html>>. Acesso em: 31 de Agosto de 2017.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada.** 6 ed Brasil: Bookman, 2012.

MARCONI, M. A e LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2.ed.rev. ampli. São Paulo: Atlas, 1990.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. **As contribuições do comércio informal para o desenvolvimento local de uma cidade em fase de industrialização**. 2013

MENEGUIN, Fernando B.; BUGARIN, Maurício S. **A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições**: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. *Economia Aplicada*, v. 12, n. 3, p. 341-363, 2008.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick **Estudo de caso na engenharia de produção**: estruturação e recomendações para sua condução. *Produção*, v. 17, n. 1, p. 216-229, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde**. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

MULS, L. M. **Desenvolvimento local, espaço e território**: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organizações e instituições locais. *Revista Economia*, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan/abr, 2008.

NERI, M. **Diretos trabalhistas, encargos e informalidade**. *Conjuntura Econômica*, p. 38-41, set. 2000.

NERI, Marcelo. **Desemprego, informalidade & pobreza**. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 55, n. 4, p. 56-58, 2003.

NERI, Marcelo. **40 milhões de trabalhadores sem previdência social**. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 55, n. 6, p. 66-68, 2001.

NOGUEIRA, Michelle. **História do comércio**. 2015. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/historia-do-comercio/>>. Acesso em: 11 de Maio de 2017.

OLIVEIRA, Joilma de Deus. **Trabalhadores por conta própria: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal shopping e do Via Direta**. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia Jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: UNICAMP, 1988.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"População Economicamente Ativa – PEA e Desemprego entre Jovens"**; São Paulo, IPE/USP, 2008.

PERRY, G. E.; MALONEY, W. F.; ARIAS, O. S.; FAJNZYLBER, P.; MASON, A. D.; SAAVEDRACHANDUVI, J. **Informality - exit and exclusion**. World Bank, 2007.

PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORREA, Maria Laetitia. **Terceiro setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PORTAL PONTO RH. **Trabalho informal ou carteira assinada? Prós e contras!** Disponível em: <<https://www.pontorh.com.br/trabalho-informal-carteira-assinada-pros-contras/>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

PORTAL G1. **6 em 10 jovens não abrem mão do negócio próprio por carteira assinada**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2016/04/6-em-10-jovens-nao-abrem-mao-do-negocio-proprio-por-carteira-assinada.html>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

PORTAL G1. **Economia informal cresce pela 1ª vez em mais de uma década, diz estudo**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/economia-informal-cresce-pela-1-vez-em-mais-de-uma-decada-diz-estudo.html>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

PORTAL IG. **BENEFÍCIOS DA FORMALIZAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.leijaja.com/especial/doproblemaaonegocio/materia06.html>>. Acesso em 26 de Outubro de 2017.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Dia do Comércio**. 2016. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/calendario-comemorativo/dia-do-comercio>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2017.

QUE CONCEITO. **Conceito de Setor privado**. 2015. Disponível em: <<http://queconceito.com.br/setor-privado>>. Acesso em: 12 de Maio de 2017.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. IPEA, 2007. (Texto para Discussão, n. 1255).

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. IPEA, 2004.

REVISTA ÉPOCA. **15 direitos e benefícios que valem para quem tem carteira assinada**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2016/11/15-direitos-e-beneficios-que-valem-para-quem-tem-carteira-assinada.html>>. Acesso em 24 de Outubro de 2017.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágios e de pesquisa em Administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROQUE, TAYANI RAIANA DE SOUZA. **BIOMETRIA: CURVA DE CRESCIMENTO**. 2014.

SALAMON, Lester e ANHEIER, Helmut. **Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis. Manchester**: Manchester University Press, 1997.

SCOTT, MAGGIE; **Terceiro ensaio**: Emprego e Desenvolvimento Econômico Local. São Paulo, 2003.

SEBRAE. **Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. São Paulo, 2010.

SENRA, K. V. **Política e instituições para o desenvolvimento econômico territorial: o caso do Brasil**. Santiago/Chile: CEPAL, 2010.

SIGNIFICADOS. **Significado de Autônomo**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/autonomo/>>. Acesso em: 11 de Março de 2017.

SIMÕES, Nicole. Portal Leia Já. **Ambulantes: o orgulho de quem tira o sustento das ruas**. Disponível em: <<http://www.leiaja.com/carreiras/2017/09/04/ambulantes-o-orgulho-de-quem-tira-o-sustento-das-ruas/>>. Acesso em 25 de Outubro de 2017.

SORJ, Bila. **Percepções sobre esferas separadas de gênero**. IN: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (ORG). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.79- 88.

SPC BRASIL. **Quatro em cada dez entram na informalidade para não depender de patrão**. 2013. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/848>>. Acesso em: 08 de Setembro de 2017.

SWAMINATHAN, M. **Understanding the informal sector: A Survey**. Finlândia, 1991.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 32(5):7-23, set./out. 1998.

TODA MATÉRIA. **Trabalho Informal**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/trabalho-informal/>>. Acesso em 25 de Outubro de 2017.

VASCONCELOS, Lia. **Realidade em preto e branco**. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, n.17,IPEA, mar. 2005 . Disponível em:<http://desafios.ipea.gov/Desafios/edicoes/17/artigo_13702-2.php> Acesso em: 30 de Outubro de 2017.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

WIKIPEDIA. **Setor público**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Setor_p%C3%BAblico>. Acesso em: 12 de Maio de 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**, 3ª Edição, Bookman, 2006 – Tradução da obra original Case Study Research: Design and Methods, 3rd. Ed. Sage, Newbury Park, CA, 2006.

APÊNDICE

1 – Marque a alternativa que corresponde a sua faixa etária?

() Até 25 () 26 à 35 () 36 à 45 () 46 a 55 () acima de 55.

2 – Qual o seu nível de escolaridade?

() 1º grau incompleto () 2º grau incompleto () Superior incompleto
() 1º grau completo () 2º grau completo () Superior Completo

3- Sexo

() Masculino () Feminino

4 – Etnia originária?

() Branca () Negra () Asiática () Indígena () Parda

5 – Há quanto tempo trabalha na Informalidade?

() 1 à 5 anos () 6 à 10 anos () 11 à 20 anos () mais de 20 anos

6– Localização?

() Mercado Público de Tambaú () Mercado Central () Ruas () Outros

7. Atividade negocial?

() Vendas () Serviço () Produção () entretenimento () Outro _____

8. Quais dos fatores abaixo determinaram sua escolha por trabalhar nesse ramo de atividade? Pode escolher mais de uma alternativa.

() Escolha própria () Negócio Familiar () Necessidade () Não sei fazer outra coisa
() Gosto de negociar () Ter uma renda extra () Oportunidade () Ser dono do meu negócio

9. Trabalhar no comércio informal é melhor do que trabalhar formalizado? Por que?

() Sim _____
() Não _____

10. Trabalhar no comércio informal é mais vantajoso do que formalizado? Porque?

() Sim _____
() Não _____

11. Você se sente orgulhoso(a) em saber que seus familiares também trabalham no comércio informal?

() Sim _____
() Não _____

12. Com relação ao comércio informal, você indicaria esse ramo de atividade?

Para a família ☐ Sim ☐ Não
 Para os amigos e conhecidos ☐ Sim ☐ Não
 Para desconhecidos ☐ Sim ☐ Não

13. O que pode ser dito em relação ao ambiente (local onde você trabalha)? Pode escolher mais de uma alternativa.

☐ Tranquilo ☐ Perigoso ☐ Bom para trabalhar ☐ Limpo e organizado
☐ Sujo e desorganizado ☐ Possui fiscalização ☐ Não possui fiscalização ☐ Outro

14. Quais são as práticas do comércio informal? Pode escolher mais de uma alternativa.

☐ Buscar o melhor para si ☐ Aumento da margem de lucro ☐ Preços mais acessíveis
☐ Fazer seu próprio horário ☐ Menor pressão fiscal ☐ Outro

15. O seu sustento e da sua família depende desse comércio informal? Explique.

16. Essa é sua única fonte de renda?

☐ Sim ☐ Não. Qual a outra fonte? _____

17. Em sua opinião, quais os ganhos do comércio informal? Pode escolher mais de uma alternativa.

<input type="checkbox"/> Não preciso de registro tributário	<input type="checkbox"/> Sigo minhas próprias regras	<input type="checkbox"/> Fico com todo o lucro
<input type="checkbox"/> Faço meu próprio horário	<input type="checkbox"/> Menor pressão fiscal	<input type="checkbox"/> Outro